ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 22

MANDATO 2013/2017

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

1. Intervenção do público; ----------

2. Período antes da ordem do dia. ----------

ORDEM DO DIA ----------

1. Discussão e aprovação da ata da reunião do dia 30-09-2015. ----------

2. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: ----------

2.1. Criação de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau - Regulamento e Organigrama da Organização dos Serviços Municipais; ----------

2.2. Orçamento, Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal, para 2016 - Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita, para 2016; ----------

2.3. Projeto Final de Regulamento de Prémios de Excelência e Mérito; ----------

2.4. Oficina da Regueifa e do Biscoito – Equipamento de interesse público a reconhecer pela Assembleia Municipal; ----------

2.5. Contrato interadministrativo de Delegação de Competências na Área Metropolitana do Porto - Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros; ----------

2.6. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento Industrial sito na Rua de S. Martinho, 120, União das freguesias Campo e Sobrado: INBORVAL – Indústria de Borracha, Lda.; ----------

2.7. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento Industrial sito na Rua da Lomba, União das freguesias Campo e Sobrado: MECALTEX – Mecânica Geral de Precisão, Lda.; ----------

2.8 Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento Industrial sito na Rua da Lomba, União das freguesias Campo e Sobrado: QUINTA DAS ARCAS - Sociedade Agrícola, Lda.; ----------

2.9 Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento Industrial sito na Rua Central de Campo, 2329, União das freguesias Campo e Sobrado: MADEICAMPO – Exploração Florestal, Lda.; ----------

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

2.10. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento Industrial sito na Rua Andrade Corvo, 1051, União das freguesias Campo e Sobrado: JETCLASS – REAL FURNITURE; ----------

2.11. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua da Ferraria, freguesia de Alfena – Manuel Joaquim da Silva Neves; ----------

2.12. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito Rua Padre Miguel Paupério do Vale, n.º 436, freguesia de Valongo – Álvaro Neves Unipessoal, Lda.; ----------

2.13. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua Vale de Amores, n.º 340, freguesia de Valongo – José António Dias da Silva Pereira; ----------

2.14. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua Pedro Hispano, n.º 239, freguesia de Ermesinde - Joaquim Vilarinho, Unipessoal, Lda.; ----------

2.15. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária Rua Nossa Senhora da Encarnação, n.º 120, União das freguesias de Campo e Sobrado – Ferreira & Rocha, Lda.; ----------

2.16. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito Rua da Aldeia, n.º 345, União das freguesias de Campo e Sobrado – Manuel Alberto Marques Ramos; ----------

2.17. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Travessa das Póvoas, 51, União das freguesias de Campo e Sobrado – Júlio Fernandes Jorge Coelho; ----------

2.18. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua da Ferraria, nº 252, freguesia de Alfena – Ramos & Moreira, Lda.; ----------

2.19. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua Simões Lopes, nº 282, freguesia de Ermesinde - Manuel José Castro Ascensão Carvalho; ----------

2.20. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua Central da Ribeira, nº 586, União das freguesias de Campo e Sobrado – José Martins Moreira Dias; ----------

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

2.21. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua da Ferraria, freguesia de Alfena – Ramiro da Costa Campos; ----------

2.22. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua das Carvalhas, freguesia de Alfena – Manuel Augusto Pontes da Silva; ----------

2.23. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Travessa de Santo André, n.º 110, União das freguesias de Campo e Sobrado – Maria de Fátima Dias Moreira da Rocha; ----------

2.24. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua do Outeiro da freguesia de Alfena – Manuel Moreira da Rocha; ----------

2.25. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua Fialho de Almeida, n.º 236, União das Freguesias de Campo e Sobrado - José Luís Ribeiro Dias, Unipessoal, Lda.; ----------

2.26. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua da Agra, União das Freguesias de Campo e Sobrado – Manuel Martinho Moreira Fernandes; ----------

2.27. Desafetação do Domínio Público de uma parcela de terreno, com a área de 47,50m2, sita na Rua dos Desportos em Campo; ----------

2.28. Proposta de aquisição de Unidades de Participação para formalização da Adesão do Município de Valongo à AdEPorto – Agência de Energia do Porto; ----------

3. Relatório Intercalar referente ao 1º semestre de 2015 – Apreciação. ----------

4. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. ----------

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, o Senhor Vice-Presidente José Augusto Sobral Pires, os Senhores Vereadores Luísa Maria Correia de Oliveira, Orlando Gaspar Rodrigues, João Paulo Rodrigues Baltazar, Maria Trindade Morgado do Vale, Hélio Fernando da Silva Rebelo, Ana Isabel Loureiro Pereira e Adriano Soares Ribeiro. ----------

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal: Catarina Maria Moreira das Neves Lobo, César Augusto de Oliveira Ferreira, Daniel Torres Gonçalves, Daniela Filipa

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

Moreira dos Santos, Henrique Jorge Campos Cunha, Rosa Maria Sousa Martins Rocha, tendo sido substituídos, respetivamente, por José Eduardo Coelho Abreu, Joana Catarina Martins Machado, Paulo Fernando Pires Basto, Berta Maria dos Santos Ferreira Pinheiro, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio e Rui Alexandre Sévola Abreu. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro,** deu início à reunião.----------

---

O Senhor **Primeiro Secretário Joaquim Jerónimo Pereira** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos Membros da Assembleia dado não existirem inscrições do público. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, começou por dizer que relativamente à possível reintrodução de portagens na A3 e na A4, a Junta de Freguesia de Ermesinde tomou uma posição contra essa reintrodução. ----------

Disse que não é importante atribuir culpas mas impedir que a situação avance, pois todos reconhecem que se trata de uma injustiça. ----------

Em 2012, com o Dr. João Paulo Baltazar e uma Técnica da Autarquia, deslocaram-se a Lisboa para apresentar um traçado alternativo àquele que era proposto pela Brisa, para reorganização daquele espaço e, desde então, não obtiveram qualquer resposta. ----------

Na sua opinião e, na tomada de posição, o importante é mostrar o descontentamento com a intenção de reintrodução de portagens, porque não passa de uma intenção, pois os pressupostos do contrato assentam na reintrodução de portagens assim que a obra esteja concluída. No entanto, há uma peça importante do contrato que diz que tal só acontecerá se o Estado assim o entender. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Armando Gabriel Teixeira Baltazar**, fez a leitura de um **Voto de Louvor** que se anexa à presente ata como **Doc.1**. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, começou por dizer que a Assembleia Municipal é um órgão a quem compete, de alguma forma, fiscalizar o Trabalho da Câmara Municipal, assim pretendia referir alguns aspetos. ----------

Relativamente à casa de Baguim, que ficou no meio da rua, que foram aprovados documentos na Assembleia, por unanimidade, a recomendar à Câmara Municipal para tomar uma atitude, porque se

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

tratava de uma situação vergonhosa, até à data não houve resposta, nem se sabe quais foram as consequências das posições tomadas pela Assembleia Municipal. ----------

(Foram entregues aos Membros da Assembleia, a pedido do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares, anexos à presente ata como **Doc.2**). ----------

Disse de seguida que o documento 1 refere-se a um estudo de alargamento e tráfego na rua do Outeiro, sobre o qual um freguês se dirigiu a ele a comunicar que a Câmara não lhe viabilizava a construção de uma habitação dado que esse o estudo o inviabilizava. E acrescentou: este é um assunto sobre o qual a Junta de Freguesia não tem qualquer conhecimento. ----------

Em 30 de outubro enviou um email para a Câmara Municipal a solicitar esclarecimento sobre o assunto; em 11 de novembro como não tinha obtido qualquer resposta reenviou o email com conhecimento a todos os vereadores. Em reunião de Câmara, o Senhor Vereador Adriano Ribeiro, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o assunto que lhe disse não ter conhecimento do assunto. ----------

Em 26 de novembro, dado não ter qualquer resposta, voltou a questionar a Câmara sobre o referido estudo; em 7 de dezembro respondeu-lhe um Técnico a dizer que fizeram um estudo e que vão alargar; só que ele tinha solicitado uma reunião, no local, para tentar compreender o que estavam a propor; agradeceu ao técnico em 9 de dezembro mas, a correspondência trocada entre técnicos não lhe diz nada. ----------

Voltou a insistir com a Câmara Municipal a perguntar se faziam a reunião no local ou não, pois pertence a um órgão político e têm a obrigação de dar resposta às pessoas. ----------

Assim, solicitava ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para propor a todos os partidos representados na Assembleia fazerem uma reunião, em data que fosse possível a todos estarem, para irem ao local verificar se efetivamente aquela situação é possível. ----------

Disse de seguida que relativamente ao documento 3, uma Senhora, D. Manuela Tavares, no dia 26 enviou um email para a Junta de Freguesia a informar que estão a construir um edifício, na entrada da Ferraria e lhe disseram que não vão recuar; de imediato, no dia 27, perguntou à Câmara Municipal para lhe solicitar a implantação e o arranjo urbanístico e ver se ia ou não recuar. ----------

Dado não ter resposta, no dia 9 de dezembro, voltou a insistir, pois não tinha resposta para dar à D. Manuela Tavares continuando aliás, sem qualquer resposta. ----------

A seguir abordou o lançamento da primeira pedra da Jerónimo Martins, no dia 11 do corrente. Este projeto,em seu entender o atual Presidente da Câmara, no passado, andou a votar contra e a colocar muitas dificuldades; entretanto, ganhou as eleições e, felizmente, mudou de opinião, sendo uma das pressas aprovar o PDM para, efetivamente, dar andamento ao processo, tendo até combinado ele fazer a primeira intervenção para tentar apelar aos partidos que se deixassem de politiquices e avançarem. -

No lançamento da primeira pedra, a Junta de Freguesia que é um órgão legitimamente eleito e, para um evento que se realizava em Alfena, recebeu um convite como todos receberam.----------

Foi à Câmara para falar com o Senhor Presidente. E porque não estava falou com o Adjunto que lhe disse que não era nada; ia um autocarro dar lá uma voltinha - nem podiam sair para não interromper os trabalhos já que, tinham sido exigências da Jerónimo Martins; não acreditou que assim fosse. ----------

Por último, o outro documento sobre os Acordos de Execução, no anexo IV, documento que está assinado por todos, vereadores e Mesa da Assembleia Municipal, onde diz que nos jardins os recursos humanos são 6 jardineiros: os que a Câmara tinha, em Alfena, para fazer o trabalho. ----------

Depois, a Câmara dá 83 mil euros; mandam 6 jardineiros e retira 65 mil euros e dá à Junta 17.993 euros. Dias antes de iniciar o Acordo, o Senhor Vice-Presidente chamou-os para informar que não iam mandar os 6 jardineiros, mas sim 5, porque tinham dificuldade de pessoal; concordaram mas, em troca, receberiam o dinheiro. ----------

Agora, não dão o dinheiro pois, como pode ser verificado no documento para os 5 funcionários na execução dos 12 meses, já lhes foi retirado 5.400 euros; recebem menos um funcionário e retiram o mesmo dinheiro. ----------

Disse seguidamente que na reunião de Câmara ficou estarrecido quando ouviu o Senhor Vice-Presidente a dizer que o pessoal era indicativo; o que conta é a parte financeira não é o resto; o pessoal era indicativo. Mas, quando estiveram no gabinete dele questionaram: dá-nos o dinheiro? E agora é indicativo! ----------

Entregou à Mesa os **documentos** anexos à presente ata como **Doc.2**. ----------

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, fez a seguinte intervenção: ----------

"Aproveito para alertar e pedir a atenção da mesa para a dimensão da ordem de trabalhos para esta Assembleia. Lembro que hoje se discute um orçamento e que quando se puder evitar (não sei se será o caso de hoje) é preferível gerir as coisas de outra forma para se conseguir fazer um melhor trabalho.- Como todos nós, "cidadãos de Valongo" sabemos, a matéria sobre a gestão de lixos e limpezas no nosso município está longe de ser perfeita. ----------

Basta-nos questionar os habitantes deste município, ou mesmo os presidentes de junta das nossas freguesias.----------

Sofrendo este sistema de diversas falhas, hoje prendo-me com algumas que necessitam de resposta mais urgente por parte da Câmara. ----------

Refiro-me por exemplo: ----------

À não existência da devida informação sobre a localização dos ecopontos no Município (alerto por exemplo para o site da Câmara, que na secção relativa a este assunto diz que terá a informação em breve). Quando será esse breve? ----------

Existe algum programa ativo para pôr termo às lixeiras clandestinas!? ----------

Ou pretende-se realizar a entrega de contentores de separação de lixo domésticos como fez por exemplo a Câmara da Maia!? ----------

Existem programas de educação e sensibilização para a separação correta do lixo!? ----------

Quais os mecanismos de otimização dos serviços de recolha que se estão ou se pretendem usar!? Programa de contentores inteligentes, otimizações de rotas, etc.!? ----------

Existem estudos atualizados dos impactos ambientais, evolução das percentagens recicladas, entre outras? ----------

No caso da recolha de roupa e calçado, existe alguma seleção de roupa e calçado em bom estado para que este possa ser doado para fins de solidariedade, ou é todo enviado diretamente para reciclagem? Desta forma, gostaria de através do Sr. Presidente da Assembleia, perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se seria possível referir as medidas que estão a ser tomadas perante os assuntos abordados."

O Senhor **Vereador, Adriano Soares Ribeiro**, em defesa da honra fez a seguinte intervenção: --------

"O Senhor Presidente de Junta, Arnaldo Soares, focou o meu nome, através de uma informação que eu lhe dei. ----------

Portanto, para que não fique aqui dúvidas nenhumas, eu fui contactado pelo Senhor Presidente de Junta, Arnaldo Soares, como sou contactado por centenas de pessoas que me colocam um conjunto de questões, e que me apelam para que eu encontre uma resposta para as questões que me colocam. Mas deixei bem claro na reunião de Câmara que fui abordado pelo Presidente de Junta, Arnaldo Soares, e que lhe queria dar uma resposta face à questão que ele me colocou. ----------

Portanto, as respostas que ele aqui invocou eu esclareci na reunião de Câmara que as ia dar tal qual as recebi, porque se não pode ficar a ideia que eu sou um espião que ando aqui, eu gosto de saber daquilo que estou a falar, e portanto quando alguém me contacta eu faço um esforço no sentido de encontrar uma resposta e tentar responder às pessoas. ----------

Foi isto que se passou com toda a clareza e que não fiquem dúvidas a ninguém, continuarei disponível para todos os membros desta Assembleia." ----------

---

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que, caso lhe fosse permitido ultrapassar os três minutos de intervenção, dava conhecimento de uma denúncia que apresentou no Tribunal. ----------

Disse de seguida que a Mesa deveria ter pedido à Assembleia uma interpretação do Regimento a fim de analisar a questão do Membro Celestino Neves, o que nunca foi feito, e ele foi eleito da mesma forma que os restantes Membros. ----------

Questionou de seguida se o Senhor Presidente da Assembleia fez chegar aos Membros da Assembleia dois documentos que lhe entregou, em 19 de outubro, sobre um estudo comparativo que fez relativamente ao que se passa em outras assembleias municipais quanto ao enquadramento dos Membros Independentes. ----------

Relativamente ao cumprimento dos prazos legais pelo executivo considera ser um mau exemplo daquilo que deve ser o comportamento democrático, pois existem questões colocadas na Câmara pelos cidadãos e por Membros da Assembleia que não são respondidas. ----------

Continuou dizendo que existem pedidos de audiência que estão a aguardar; o Senhor Presidente da Câmara afirmou que não existe lista de espera, o que não é verdade, pois tem conhecimento de um Munícipe, o Senhor Acácio Brites, que aguarda há vários meses para ser atendido. ----------

Disse de seguida que, em Ermesinde, existe um STOP privativo, onde uma rua principal perde prioridade perante uma rua secundária sem saída, sendo uma situação que tem que ser resolvida. ----

Perguntou para quando está previsto o arranque da obra dos passeios na rua 1.º de Maio, em Alfena, bem como a construção do novo Centro de Saúde de Alfena. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, informou que, conforme já tinha sido transmitido ao Membro Celestino Neves, tinha dado conhecimento dos documentos a todos os líderes municipais. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que foi elaborada uma Moção sobre a questão da reintrodução das portagens em Ermesinde, um texto consensualizado entre as forças políticas da Assembleia, pois é importante fazerem tudo o que esteja ao alcance deles para que a reintrodução de portagens não venha a ocorrer. ----------

De seguida fez a seguinte intervenção: ----------

"No dia 30 de Abril de 2014, numa sessão ordinária desta Assembleia, houve um ponto da ordem de trabalhos em que esta assembleia autorizou a elaboração pelos serviços camarários de um estudo sobre a instalação da feira semanal da freguesia de Valongo. ----------

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

A esta Assembleia nunca foi dado acesso ao resultado deste estudo, não sabemos mesmo se o estudo foi feito e baseado em que premissas. O que sabemos é que no passado dia 14 de Novembro de 2015 a feira semanal da freguesia de Valongo passou a ser feita na Avenida Emídio Navarro, ocupando mesmo um local de estacionamento concessionado à empresa "Parque VE – Gestão de Parques de Estacionamento SA". ----------

Sucede que, o Presidente desta Câmara, assina pelo seu punho uma carta enviada à supracitada empresa, no dia 20 de Novembro de 2015, em que o assunto é "Deslocalização da Feira Semanal de Valongo para a Avenida Emídio Navarro e Vias Adjacentes". Basicamente a história, depois da casa arrombada, cadeado à porta. ----------

Pede-se autorização a esta Assembleia para fazer estudos; espero que o referido estudo tenha sido feito; não se dá conhecimento do estudo à Assembleia que o autorizou e, para culminar esta situação instala-se a feira semanal sem ter antes chegado a acordo com a empresa concessionária. Informa-se a dita empresa que há interesse em ocupar um espaço, e ocupa-se… e depois logo se vê! ----------

Na carta que foi enviada e assinada pelo Presidente da CMV pode ler-se, e passo a citar, "é intenção da Câmara Municipal".... Ora isto é de uma imprecisão, abuso mesmo, absolutamente inqualificáveis. O Presidente não é a "Câmara": a Câmara é um conjunto de órgãos. Desde logo no próprio executivo há vereadores, nomeadamente do PSD, que não sancionaram esta carta e o seu conteúdo. ----------

Também diz esta carta, "A alteração da localização da Feira Semanal de Valongo é fundamentada por razões de interesse público…". Então o interesse público é agora validado pelo Presidente da Câmara, pela população ou pelos empresários? ----------

Quer isto então dizer que os deputados hoje se podem ir embora quando formos votar os vários pontos de Reconhecimento de interesse público Municipal? O Presidente da Câmara quer portanto substituir-se a esta Assembleia? ----------

Para quem gosta das regras democráticas, transparência e protocolo, o Dr. José Manuel Ribeiro numa simples carta consegue dar vários chutos nas regras e protocolo. ----------

Não bastava a incapacidade em compreender como funciona um processo negocial, abrindo o jogo à concessionária, colocando a CMV numa posição de desvantagem negocial, como ainda, com uma incompetência assustadora decide escrever uma carta nos termos em que o faz. ----------

Aproveito para solicitar que sejam tiradas cópias desta carta para que sejam distribuídas pelos vários grupos municipais, presidentes de junta e independentes (anexa à presente ata como **Doc.3**). ----------

Mas o imbróglio ainda não terminou já que o Sr. Presidente garante "Não Obstante, o Município de Valongo, disponibiliza-se para compensar a concessionária de eventuais quebras de receita que decorram da ocupação dos referidos lugares de estacionamento…" ----------

E o Município? Mas o Dr. José Manuel Ribeiro tem noção daquilo que assinou? Então agora não precisamos de vereadores? Não precisamos de Assembleia? O Dr. José Manuel Ribeiro pode assumir todas as decisões sem que elas tenham que passar pelo Executivo e no crivo desta Assembleia? ------
É este o seu rigor? É esta a sua transparência? ----------
A propósito de rigor e transparência, veja-se que o Sr. Presidente da CMV ocultou a esta Assembleia a informação sobre o processo que entretanto foi movido pelo concessionário ao Município. ----------
Este processo deu entrada no Tribunal Administrativo de Penafiel no dia 12 de Novembro, sendo que hoje passado mais de um mês este processo não aparece nas listagens que nos foram enviadas. -----
A partir deste momento, temos a legitimidade de pensar que outros processos podem ter ficado esquecidos nas gavetas da secretária do Sr. Presidente." ----------
De seguida fez a leitura de um **Requerimento**, anexo à presente ata como **Doc.4**, com o seguinte teor:
"O Grupo Municipal do PSD/PPM vem por este meio requerer, com carácter de urgência, as seguintes informações: ----------
Cópia do estudo sobre a instalação da Feira Semanal de Valongo autorizado por esta Assembleia, na Sessão da Assembleia Ordinária de dia 30 de Abril de 2014. ----------
Cópia de todos os documentos, cartas, e-mails ou outros, relacionados com este assunto, sejam comunicações internas ou com entidades externas à câmara. ----------
Foram cumpridos todos os pressupostos legais para a instalação da Feira Semanal da Freguesia de Valongo?----------
Em que despesas incorreu a Câmara de Valongo com a deslocalização da Feira Semanal de Valongo para a sua atual localização?" ----------
---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez as seguintes intervenções: ----------
- *"Ao longo de todo o tempo que tem durado a União de Freguesias de Campo e Sobrado a CDU tem tomado iniciativa para que esta situação seja alterada, correspondendo aos interesses das populações locais da atual União de Freguesias, então designada com Freguesia de Campo e Freguesia de Sobrado.* ----------
Perante uma proposta de lei do PCP chegou a ser solicitado aos representantes locais, representados pelas forças eleitas localmente, através da Comissão Parlamentar do Ambiente, Território e Poder Local, na Assembleia da República, se pronunciassem sobre a mesma proposta de lei, todas as forças políticas responderam a esta solicitação, consideraram positiva a proposta apresentada, somente a

Junta da União de Freguesias de Campo e Sobrado não respondeu, nem pela positiva nem pela negativa. ----------

No novo quadro político saído das últimas eleições ficou aberta a possibilidade de tal situação ser alterada, estando em condições favoráveis para que a Assembleia da República assuma a reposição da situação anterior, correspondendo ao anseio das populações e da quase totalidade dos seus representantes locais, a CDU tudo fará para que seja levado à prática". ----------

- "As alterações recentes à lei de proteção de crianças e jovens em perigo destinaram a afetação dos membros que integram a comissão alargada das comissões de promoção e proteção de crianças e jovens a trabalho efetivo mensal não inferior a oito horas. ----------

Muito embora reconheçamos a necessidade urgente de reforço dos recursos técnico e humanos das comissões de promoção de crianças e jovens em perigo, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação na medida em que nas condições atualmente exigidas as forças representadas nesta Assembleia Municipal poderão encontrar entraves à designação de cidadãos competentes para o exercício dessas funções. ----------

Para além deste aspeto não podemos deixar de defender o reforço dos meios técnicos e humanos destas entidades, é um imperativo, mas que tal não se resolve com medidas aparentemente paliativas como esta." ----------

Disse, ainda, que relativamente à questão da reintrodução das portagens em Ermesinde não devem envolver-se em qualquer discussão da responsabilização, mas sim encontrarem uma posição conjunta contra a intenção de reintrodução de portagens em Ermesinde. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso**, fez a leitura de um **Voto de Louvor** anexo à presente ata como **Doc.5**. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Nuno António Dias Monteiro**, Fez a leitura de uma **Recomendação** "Pelo fim da violência contra as mulheres" anexa à presente ata como **Doc.6**. ---------

Disse que de seguida que relativamente ao ano de 2015 gostaria de salientar alguns factos. ----------

Ao nível da freguesia de Valongo congratulava-se com o facto da feira semanal da freguesia de Valongo ter regressado ao centro de Valongo, promessa que fazia parte do programa autárquico do BE. ---------

Foi possível à freguesia de Alfena ampliar e melhorar o centro desportivo do Alfenense, proporcionando aos jovens de todo o concelho novas oportunidades da área desportiva, e aqui a Assembleia Municipal teve um papel importante na possibilidade de concretização destas obras. ----------

De seguida disse que há ainda muito por fazer, neste final do ano o concelho está mais pobre e é mais difícil viver em Valongo, pobre nos rendimentos disponíveis para os munícipes, pobre no acesso à saúde, os centros de saúde de Campo e Alfena são uma miragem, o Centro de Hemodiálise até agora não passou do papel, e avizinhando-se o inverno aquando do pico da gripe sazonal antevêem-se novas esperas intermináveis nas urgências do São João, pobres na educação com mais um ano letivo em escolas velhas e ultrapassadas: as obras que deveriam ter sido efetuadas já há muitos alguns anos continuam por fazer, e infelizmente, provavelmente, continuarão assim. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do período Antes da Ordem do Dia no final da sessão, sendo aceite por unanimidade. ----------

De seguida colocou à discussão o ponto 1. Discussão e aprovação da ata da reunião do dia 30-09-2015. ----------

---

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que uma ata com 35 páginas não é usual e não é nada prático e, alguma coisa tem que ser feita. ----------

A correção que acha que deve ser feita não tem a ver com ele; nas páginas 3, 4 está escrito - o Senhor Membro Independente, Celestino Marques Neves, fez a leitura dos seguintes documentos .... lista e pergunta anexas à presente ata **Doc.1.**" ----------

Chamava à atenção para uma incongruência: vai deixar de entregar à Mesa listas de perguntas, ou documentos escritos: vai-se referir a eles de viva voz e obrigar a escrever. ----------

Na página 10 - o Senhor Membro do Grupo Municipal, César Augusto de Oliveira Ferreira, fez a leitura de uma Moção ... anexa como **Doc.9,** cujo teor se transcreve. ----------

Ou se transcreve para toda a gente, ou não se transcreve para ninguém. Na sua opinião deve ficar apenso à ata, porque se não depois aparece uma situação de desigualdade. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, informou que a transcrição é sempre solicitada pelo Membro que envia o texto em formato word e, quando é feita essa solicitação faz-se a transcrição do documento enviado. ----------

De seguida colocou à votação a ata da reunião do dia 30-09-2015, sendo aprovada por maioria com 28 votos a favor, 1 voto contra do membro Independente Celestino Marques Neves; *não participaram na votação dois Membros por não terem estado presentes na reunião.* ----------

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.1. Criação de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau - Regulamento e Organigrama da Organização dos Serviços Municipais. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Nuno António Dias Monteiro**, começou por dizer que cabe à Câmara fazer a organização do seu pessoal sempre de acordo com a satisfação das necessidades dos munícipes. ----------

O despacho nº 15671/2013, de 29 de novembro, acabou por criar uma organização igual para diferentes realidades autárquicas ou seja, houve uma tentativa de organização das autarquias, ao nível do pessoal. ----------

Vão votar favoravelmente porque acreditam que vai no sentido de satisfazer as necessidades dos munícipes, mas vão estar atentos; o dever deles é de fiscalização para verificar se isso se traduz depois nessa satisfação. ----------

Disse, ainda, que o BE vê a figura do Provedor do Munícipe uma mais-valia e gostaria de ver essa figura implementada no concelho. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a seguinte intervenção: ----------

"Foi apenas em 20/11/2013 que esta Assembleia Municipal deliberou sobre a organização dos serviços Municipais. ----------

A reorganização dos serviços, publicada em Diário da República de 29/11/2013, tinha por base 8 unidades orgânicas flexíveis-divisões, chefiadas por dirigentes de direção intermédia de 2º grau, mais 5 gabinetes dependentes diretamente do Presidente da Câmara. ----------

A estrutura deixaria de contar com 3 departamentos e o número de divisões passaria de 12 para 8. Alguns dos argumentos invocados para esta modificação foram: ----------

- Eliminação do peso da estrutura hierárquica existente. ----------

- Transferência das competências e atribuições funcionais da equipa multidisciplinar, para as diferentes divisões e gabinetes propostos pelo Presidente da Câmara. ----------

- Redução direta de custos com pessoal. ----------

Os objetivos seriam dotar a Câmara Municipal de Valongo de uma estrutura menos complexa e pesada, mais flexível, acessível e desburocratizada. ----------

Esta era ideia do Partido Socialista e do Presidente José Manuel Ribeiro em finais do ano de 2013. ---

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

Hoje volvidos apenas 2 anos, mais uma reviravolta do Partido Socialista, num dos Zig-Zag a que já nos habituaram. O que é que mudou nestes dois últimos anos para que agora seja necessário carregar a estrutura hierárquica da Câmara com 6 cargos de direção intermédia de 3º grau? ----------

Então há dois anos era preciso reduzir para otimizar, propôs este Presidente um novo desenho dos serviços e agora, volvidos apenas 2 anos altera-se novamente? É por demais evidente que não sabe o que anda a fazer, toma decisões em cima do joelho, sem estudar com a profundidade necessária os assuntos, digo mesmo mais, com a profundidade e responsabilidade que é exigível a alguém que ocupa o seu cargo! ----------

Perceberá porventura Sr. Presidente que estes avanços e recuos, indecisões, inércia e estudos sucessivos, só nos custam dinheiro que faz falta para fazer avançar o nosso Concelho? ----------

Reduziu de 12 chefias para 8, para agora aumentar para 14? ----------

Juntando a este aumento nas chefias, os elementos que vieram de fora da Câmara para integrar o seu gabinete, e o seu gabinete jurídico/deputado socialista Ricardo Bexiga, o Presidente da Câmara de Valongo desperdiça valiosos recursos do nosso Concelho que podiam ser canalisados para as populações valonguenses mais carenciadas." ----------

De seguida fez a leitura de um **Requerimento** que se anexa à presente ata como **Doc.7**, cujo teor se transcreve: ----------

"Tendo em conta que houve em 2013 uma organização dos serviços municipais cujos objetivos eram:

- Eliminação do peso da estrutura hierárquica existente. ----------

- Transferência das competências e atribuições funcionais da equipa multidisciplinar, para as diferentes divisões e gabinetes propostos pelo Presidente da Câmara. ----------

- Redução direta de custos com pessoal. ----------

Tendo em conta que uma nova organização dos serviços municipais será hoje votada. ----------

O Grupo Municipal do PSD/PPM requer ao Sr. Presidente da Câmara através da mesa que disponibilize os valores da "redução direta de custos com o pessoal" atingida ao longo do tempo, com a organização dos serviços municipais aprovada em 20-11-2013." ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho,** começou por dizer que dadas as críticas apresentadas à organização dos serviços anterior, que achou que o Senhor Presidente da Câmara iria manter a organização de serviços proposta por ele, defendeu-a com unhas e dentes, e vê uma reorganização. ----------

Gostava de saber qual será o impacto nas contas do Município com a dotação dos novos lugares de chefia. ----------

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

Contas muito rápidas, estão a falar, na pior das hipóteses, da entrada de seis novos técnicos que podem ter vínculo com a Câmara do Funchal, as condições de recrutamento são ter vínculo por tempo indeterminado na Administração Pública, o que quer dizer que a Administração Pública pode ser alguém que esteja na Câmara do Funchal e que tenha um salário base de técnico superior do primeiro índice do escalão, que são 1.200 €, e o vencimento proposto são 2.025€, ou seja serão 825€ de aumento para cada um dos lugares, estão a falar de números redondos de um impacto que poderá ir na ordem do 5.000€ por mês. ----------

Podem cair numa situação, um pouco semelhante àquela que foi a dotação com os cargos de chefias de divisão, em que houve um projeto de intercâmbio entre a Câmara de Amarante e a Câmara de Valongo, e chegarem à conclusão que foram enganados e que a dotação desses lugares não diminuiu. Disse de seguida que grande parte dos problemas com o pessoal o Senhor Presidente da Câmara já os resolveu com os Acordos de Execução; conseguiu transformar canalizadores em jardineiros, assistentes operacionais que estavam na higiene urbana convertê-los em jardineiros, mas isso são opções. ----------

Aproveitava a oportunidade para fazer um apelo, estão a tratar de funcionários da mesma casa com regras diferentes, de acordo com os Acordos de Execução, apesar de na carreira técnica só terem assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores, ele tem assistentes técnicos, que desempenham funções de encarregado e que recebem 600€ por mês, que não são reclassificados há uma vários de anos, e que assumem a responsabilidade de coordenar a equipa dos Acordos de Execução, estão a falar de pessoas que eram cantoneiros de limpeza, que foram parar aos jardins, e que têm uma equipa de 20 homens para gerir. ----------

---

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção. ----------

"Em 2013, na anterior gestão do PSD, o PS absteve-se, deixando passar uma nova estrutura orgânica dos serviços municipais. ----------

Mas, após um mês da tomada de posse dos órgãos, o PS apresentou uma proposta de uma nova macro estrutura. Na altura, referimos que a apresentação de uma proposta "unilateral" pelo PS em tão curto espaço de tempo, revelava precipitação, demonstrando que o principal objetivo era proceder a uma espécie de acerto de contas com a anterior gestão PSD, nomeadamente ao nível do pessoal dirigente da autarquia. Este acerto de contas, no âmbito da guerrilha partidária, com a capa da redução de custos, não acautelava as verdadeiras necessidades do município, não havendo qualquer sustentação efetiva da nova proposta. ----------

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

Agora, dando razão à CDU - a única força politica que votou contra a macro estrutura apresentada – vem o PS abrir um concurso para a inclusão de novos 6 cargos de direção intermédia de 3º grau. ----- Novamente, é uma decisão unilateral, sem a constituição de uma comissão que avalie a necessidade efetiva da criação destes postos. É apresentada a criação do número máximo permitido por lei, sem haver qualquer estudo sustentável para as reais necessidades nessas divisões. ----------

O que mudou de 2013 para agora? ----------

Quais as reais necessidades das divisões que sustentam esta proposta? ----------

Sairá no jornal este aumento de custo, tal como saiu a redução?" ----------

Porque a redução destes postos saiu no jornal em letras gordas, será que vai sair também o aumento, a redução de custos por si só não traz grande mais-valia aos munícipes, o que traz uma mais valia é uma prestação boa dos serviços. ----------

Extinguiu-se aqueles postos para quê, para os amigos do PSD saírem da Câmara e irem para outro lado, agora abre-se para os amigos do PS chegarem à Câmara, é isto que se faz, isto é transparência? Por acaso é muito transparente a negociata, é correto? Não é. ----------

---

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.8**. ----------

---

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, começou por dizer que se sentiu frustrado com a apresentação da proposta, o que foi discutido relativamente à situação anterior, e comprou a ideia anterior, às vezes compram coisas erradas e ele comprou muitas coisas erradas, a proposta devia ser partilhada previamente, até defendendo aquela ideia de transparência, com a qual não concorda. ----------

Disse de seguida pertence à TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica, e não concorda, e há muita gente que não concorda; o antigo Vice-Presidente da TIAC, Dr. Paulo Morais, não sabe se ele teve oportunidade - mas acha que não - de analisar a situação. ----------

A transparência carrega-se com a informação que lá metem, e não acredita no índice que foi divulgado, mas já tiveram exemplos na Assembleia, exemplos da falta de transparência, falta de democracia, falta de tudo aquilo que uma democracia participativa deve ter. ----------

Neste caso do aumento que vai gerar o agravamento do quadro do pessoal da Câmara, eventualmente, como já anteriormente gerou, não concorda sob reserva enquanto não lhe for explicado e, a ele, não lhe foi explicado. ----------

---

VALONGO • UM TERRITÓRIO À DESCOBERTA

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer que quando se candidatou prometeu uma redução substancial do nível de chefias. ----------

A Câmara pode ter, e tinha na altura, quatro diretores - três mais um equiparado a diretor - e doze chefes de divisão. ----------

Comprometeu-se a reduzir a estrutura de chefia, dois anos depois reconhece que a estrutura de chefia que tem é extremamente exigente, e não responde da forma que acham que deveria responder. -------

Decidiram, mantendo as oito divisões utilizar uma possibilidade que a lei permite às Câmaras Municipais de criar a figura do coordenador, estão a falar de uma função que em termos de remuneração é um pequeno aumento. ----------

Portanto, a razão é por motivos de agilização do funcionamento da Câmara, que quem está no exercício de funções percebe-o no dia-a-dia; a razão é no sentido da Câmara ter melhor desempenho em relação aos procedimentos. ----------

Relativamente ao Gabinete de Apoio à Presidência gostava de dar uma informação: o Gabinete de Apoio à Presidência é o mesmo que qualquer Presidente da Câmara, em 308 municípios tem; a lei confere essa possibilidade, tem um Gabinete da Presidência nomeados de acordo com a lei, são três pessoas que custam por ano 114.760€, inclui subsídios de férias, natal e de refeição, os salários são os que estão definidos na lei. ----------

Quanto aos ganhos, quando mudaram a estrutura para oito chefes de divisão, acabando com o patamar de direção, tiveram ganhos, mesmo no fim do procedimento, sobre este processo em concreto não podem neste momento fazer uma estimativa, porque depois de terem autorização abre-se um procedimento normal, e no fim do processo faz-se a avaliação. ----------

Na criação das oito chefias de divisão pode afirmar que gerou poupanças para o Município. ----------

Fixaram a estrutura num valor muito baixo, se fosse hoje não teria reduzido para oito, reconhece-o, o errado é quando uma pessoa percebe que está mal e não muda. ----------

As pessoas no concelho querem o Município mais ágil, mais capaz, mais rápido nas respostas, é isso que está em causa, demorou dois anos, mas estão ali para fazer o melhor, é isso que se espera deles, foi para isso que foram eleitos, quer os que estão com funções executivas, quer todos os outros, é isso que está em causa. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que não tem dúvidas que as coisas se passam dentro da legalidade, a mesma lei que o obrigaria a dar respostas em determinados prazos e que não é cumprida a maior parte das vezes. ----------

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

Em relação ao Gabinete de Apoio, ainda se lembra que o Senhor Presidente fez uma guerra terrível ao último Presidente da Câmara quando este decidiu escolher alguém que vinha de fora; na altura foi uma coisa dramática; pois, não contente com uma mandou vir três, não é a questão da lei. ----------

---

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que relativamente às perguntas, só a uma respondeu: o que mudou de 2013 para agora? Cometeu um erro e está a resolver o erro, é pena estarem a fazer experiências; a Câmara é uma coisa muito séria para se fazer experiências. ----------

Quais as reais necessidades das divisões que sustentam a proposta, essa foi a pergunta que não respondeu. ----------

A outra pergunta foi, sairá no jornal este aumento de custos tal como saiu a redução, outra pergunta que gostava que respondesse. ----------

---

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a deliberação é bem fundamentada, podem criar seis coordenadores, e dentro dessa possibilidade, e precisavam de mais, foram as áreas onde, depois de avaliado um conjunto de áreas, entenderam que essas seis áreas vão permitir maior agilização. ----------

Em relação à questão da poupança, espera que haja poupança, mas só pode afirmar se há poupança ou não no fim do processo. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.1 Criação de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau - Regulamento e Organigrama da Organização dos Serviços Municipais, sendo **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: ----------

Votos a Favor: 14 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do grupo Municipal do BE e 1 voto do presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa. -------

Votos Contra: 4 votos contra, sendo: 3 votos do Grupo Municipal da CDU e um voto do Membro Independente Celestino Marques Neves. ----------

Abstenções: 13 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD/PPM, 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP, abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares e 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. ----------

De seguida colocou á discussão o ponto 2.2. Orçamento, Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal, para 2016 - Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita, para 2016. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, começou por dizer que relativamente a Alfena, no primeiro orçamento a grande obra era a recuperação do espaço do viaduto, tendo sido alterado o projeto inicial e que custou mais dinheiro mas, em dois anos, foi a única obra que se fez em Alfena. ----------

No ano passado, em Alfena, o investimento foi zero - e não 100 mil euros - pois se não fosse a Assembleia Municipal e os vereadores sem pelouro a Câmara não tinha apoiado o Alfenense com os 100 mil euros, e o investimento em Alfena era zero. ----------

Quando discutiu o orçamento no ano passado disse que a rua de Cabeda não era uma rua de Alfena mas sim uma rua estruturante, pois é mais necessária para Valongo ir para o Porto do que para os alfenenses e, como rua estruturante, não podia ser considerado um investimento no interior de Alfena.

Disse de seguida que, este ano, quando o chamaram para discutir o orçamento, vieram discutir um orçamento que já estava feito e sobre o qual lhe disseram que poderiam trocar as ruas a ser intervencionadas, mas era o que estava a ser apresentado. ----------

Depois constroem um orçamento para Alfena espetacular, chegam à parte das vias e dizem vamos pôr todos mais ou menos por igual, uns tem 190, outros 180, outros 200, e não podem reclamar porque em termos de vias estão todos mais ou menos iguais. ----------

Põem 50 mil euros para a recuperação da Levada do Cabo, que estava no orçamento de 2014 e não se fez nada, não se gastou dinheiro. ----------

Continuou dizendo que o investimento previsto para Alfena não chega a 10% do orçamento, porque depois é preciso comprar um estádio, e muito bem, é preciso recuperar uma chaminé, tudo bem, é preciso recuperar pavilhões, muito bem mas, como Alfena não tem nada disso não é preciso gastar dinheiro, mas também não se faz! ----------

Relativamente à Oficina do Brinquedo está à espera de uma reunião, porque foi feita uma alteração ao orçamento para pedirem as especialidades, mas não mostram o projeto de arquitetura que está feito. -

Depois (no documento que foi entregue) existem 4 hectares, quase 40 mil metros quadrados de terra no centro de Alfena, junto à Junta de Freguesia e do Centro Cultural, entre a rua São Vicente e a rua da Várzea, que é atravessado pelo rio Leça, sobre o qual a Junta de Freguesia fez um contrato, com o proprietário, por 16 anos, com a promessa de compra no fim dos 16 anos; mas Alfena tem 1000 euros para o estudo, um estudo que ele pediu no primeiro mês que foi eleito e que a Câmara foi eleita, e até agora nada foi feito. ----------

---

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Nuno António Dias Monteiro**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.9**. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, começou por dizer que é o penúltimo orçamento que esta Câmara vai fazer, como tal já era tempo de aprender a fazer um orçamento em condições: quando se vê o orçamento nota-se logo a transparência, têm um orçamento baseado em outros e diversos; qualquer pessoa que vote o orçamento está a votar às cegas, veja-se a percentagem do orçamento que diz outros e diversos. ----------
Trata-se de um orçamento que não defende os interesses do eleitorado de Valongo, mas sim o que são as necessidades da Câmara. A Câmara depois, com os outros, faz o que bem entender. ----------
Disse de seguida que o CDS vai-se abster porque não vê que seja favorável para o eleitorado de Valongo; não vão ser o partido do contra, como outros partidos gostam de ser, mas podem votar favoravelmente. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a seguinte intervenção: ----------
"Relativamente ao orçamento e Grandes opções do Plano para o ano de 2016, o Grupo Municipal do PSD/PPM cingir-se-á a tecer, essencialmente, considerações de ordem política. ----------
O processo, no que ao PSD diz respeito, iniciou-se com uma reunião havida com o Presidente da Câmara de Valongo, ao abrigo do estatuto da oposição. Essa reunião decorreu dia 19 de Outubro tendo sido transmitidas ao Sr. Presidente as exigências do PSD para que o orçamento fosse pelo viabilizado. As exigências foram claras e razoáveis, tendo merecido nesta fase o acolhimento do Presidente da Câmara. ----------
Num segundo momento, em 30 de Outubro, decorreu uma reunião do executivo da Câmara de Valongo, onde o orçamento era o principal assunto em cima da mesa. Qual não foi o espanto dos vereadores do PSD, quando verificaram que as exigências por eles feitas, não tinham sido devidamente incorporadas no orçamento, conforme assumido pelo Presidente na reunião inicial de 19 de Outubro. Em virtude disto os Vereadores do PSD/PPM votaram contra o orçamento. É claro que no seguimento deste voto contra, aproveitou o Presidente da Câmara para fazer aquilo que faz muito bem, armar-se em vítima. Que não tinha orçamento, que assim não podia governar. Ter-se-á esquecido o Sr. Presidente que não tendo maioria, nem no executivo nem nesta Assembleia, tem que negociar com a oposição? Ter-se-á esquecido o Sr. Presidente, que mesmo não tendo orçamento poderia sempre governar a Câmara com

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

recurso a duodécimos do orçamento de 2015? Penso que não se esqueceu, só que o Presidente da Câmara tem uma propensão ao espetáculo, aliás bem patente na sua tentativa de política cultural. -----

Tendo ficado adiada a viabilização do orçamento em executivo, por exclusiva responsabilidade do Presidente da Câmara, já que da parte do PSD as coisas foram desde o início bem claras, o orçamento foi de novo a reunião de Câmara dia 19 de Novembro, tendo sido viabilizado pelo PSD. O nosso caderno de encargos para que este orçamento fosse viabilizado foi integrado no orçamento, o que permitiu uma viabilização pela abstenção. Estamos a falar de verbas modestas, mas que para as instituições que delas vão usufruir fazem muita diferença. Refiro-me ao reforço por nós exigido nos programas desportivos e nas IPSS. ----------

Quanto ao orçamento, mantem-se a linha dos orçamentos anteriores, ou seja, linha nenhuma. Continuamos a ver um orçamento sem uma linha clara nas áreas estratégicas do Concelho. Um orçamento em que nada se constrói e tudo se adia, usando e abusando de sucessivos estudos e projetos. Tudo vale para adiar as decisões que tinham que ser tomadas, e os compromissos assumidos nas últimas eleições com as populações do nosso Concelho. Os compromissos do PS valeram-lhe na altura votos os mesmos votos que na ausência do seu cumprimento lhes serão seguramente retirados. Rubricas abertas com valores irrisórios, apenas para fazer de conta que tem intenção de fazer alguma coisa. ----------

Compromissos com a população permanentemente adiados, porque afinal compreenderam a inexequibilidade dos mesmos. ----------

Cultura confundida com festas, ainda por cima de utilidade/qualidade altamente questionáveis. ---------

Enfim, um orçamento Socialista. ----------

Em conclusão o PS deixa neste orçamento, Grandes Opções do Plano e PPI, indícios, apenas indícios de que quer cumprir promessas. É um orçamento de projetos, sem indicações claras do caminho que a CMV vai trilhar sob a orientação do PS. ----------

Em todo o caso, o PSD acredita que quem ganha eleições deve governar. Viabilizaremos este orçamento, sendo que no passado, ainda que renitentes, decidimos dar o benefício da dúvida ao PS, agora não temos dúvidas, o PS não consegue fazer melhor." ----------

De seguida fez a leitura de um **Requerimento** que se anexo à presente ata como **Doc.10**, cujo teor se transcreve: ----------

"Relativamente ao orçamento para 2016 da Câmara Municipal de Valongo, venho por este meio requerer ao Presidente da Câmara Municipal de Valongo, através da mesa, a seguinte informação: ---

- Informação detalhada de todos movimentos das rubricas "outros" constantes no orçamento de 2016 desta câmara, cujo somatório perfaz 4.891.928€ correspondente a 15,33% do orçamento.

Nomeadamente, montantes movimentados nas rúbricas, bem como os documentos de suporte, faturas ou outros, que nos permitam validar tais informações, e ainda toda a informação relativa a eventuais passagens de verbas destas rúbricas para outras rúbricas, com a especificação clara das rúbricas de origem e destino. ----------

- 01 01021302 40.000€ ----------

- 01 020121 300€ ----------

- 01 02 0220 4000€ ----------

- 01 020225 200€ ----------

- 02 01030503 74426€ ----------

- 02 0201029999 15950€ ----------

- 02 02011603 1000€ ----------

- 02 020121 340252€ ----------

- 02 020225 2974360€ ----------

- 02 030502 60000€ ----------

- 02 04050108 49232€ ----------

- 02 0408002 529656€ ----------

- 02 060203 111350€ ----------

- 02 07010307 203000€ ----------

- 02 07010413 266000€ ----------

- 02 070115 85000€ ----------

- Informação detalhada sobre todos os ajustes diretos feitos pela Câmara durante o ano de 2015, nomeadamente que entidades, objetivos e montante. ----------

- Informação detalhada sobre todos os ajustes diretos feitos pela Câmara durante o próximo ano de 2016, nomeadamente que entidades, objetivos e montante. ----------

Esta informação deverá ser prestada por escrito, com periodicidade trimestral independentemente da apresentação de requerimento para o efeito." ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.11**. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, começou por dizer que governa a Junta de Freguesia de Ermesinde com minoria, há praticamente 10

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

anos, e isso obriga a ter a humildade necessária para encetar a devida negociação com a oposição para que os documentos sejam aprovados. ----------

Disse de seguida que, relativamente à preparação do orçamento, a Câmara limita-se ao cumprimento do estatuto da oposição, recordando o telefonema feito pela Senhora Chefe de Gabinete, numa quarta-feira, a dizer: Senhor Presidente no cumprimento do estatuto do direito de oposição precisavam que reunisse para discutirem o orçamento; disponibilizou um sábado à tarde para o efeito. Quando chegou à Câmara, à hora marcada, ainda teve que esperar pelo Senhor Presidente e pelos vereadores. -------

Relativamente à reunião esta demorou 3 minutos, embora tenham estado reunidos bastante tempo, pois basicamente o Senhor Presidente iniciou a reunião a explicar a proposta para as outras freguesias, ao que ele lhe disse que não queria saber das outras freguesias estava ali para discutir sobre Ermesinde. ----------

Foi elencado o investimento feito no edifício Faria Sampaio, que na discussão perceberam que afinal ia reverter lucro para a Câmara Municipal. ----------

Relativamente ao Complexo Desportivo dos Montes da Costa, em que o Senhor Presidente da Câmara foi de porta em porta dizer que aquele complexo não podia ser utilizado para permuta do estádio de Sonhos, que era importantíssimo, tinha no PPI, zero. ----------

Na primeira reunião em sede da negociação do orçamento, que esteve com o Adjunto do Senhor Presidente da Câmara, foi manifestada a vontade de haver um núcleo museológico, um espaço etnográfico para a cidade de Ermesinde, o ano passado tinha mas, este ano, tem zero. ----------

Na reunião, numa perspetiva participativa, o Senhor Vice-Presidente apressou-se a dizer que estava tudo; quando muito, podia haver trocas. É este o conceito de negociação e participação, o que está, está, podem trocar uma pela outra; neste contexto, a postura foi de arrumar os papéis e dizer que, para ele, a reunião tinha terminado. ----------

Entretanto, sem ninguém lhe dizer coisa nenhuma, recebeu a versão final do orçamento, que foi presente à Câmara; ficou abismado, porque o executivo municipal pôs a mão à consciência e resolveu libertar, sem perspetiva de futuro - porque só tem aquilo previsto para o exercício de 2016 -, 1000 euros para o Espaço Etnográfico de Ermesinde e 1000 euros para a intervenção no Complexo Desportivo Montes da Costa. ----------

No entanto, o Parque do Leça que tem uma importância fundamental, com a qual concorda - mas acha que não é prioritário - tem 20 mil euros previstos, que deve ser para repor a pedra que partiram na intervenção. ----------

Depois o arranjo urbanístico para a envolvente do Mercado de Ermesinde tem, sem perspetiva de futuro, porque só está em 2016, 1000 euros. ----------

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

Disse de seguida que dotações de 1000 euros para projetos considera um insulto; é ter veleidade de achar que nós somos todos uma cambada de camafeus, porque continuam a denegrir a imagem dos políticos; não tem vergonha de dizer que é político e não pretende de profissão exercer a política a vida toda, mas exerce um cargo político; se somarem o investimento previsto para 2017 é mais do dobro do que está previsto em 2016. ----------

Perguntou de seguida ao Senhor Presidente da Câmara o que pretende fazer com a dotação que tem prevista para 2016 relativamente ao Complexo Desportivo dos Montes da Costa, ao Espaço Etnográfico de Ermesinde e para a envolvente do mercado, que aliás há alguns meses estiveram naquele local e informaram que dentro de 3 a 4, no máximo 6 meses apresentariam um estudo, o que ainda não aconteceu. ----------

Terminou dizendo que não quer ter que votar contra um orçamento, e quer acreditar que está a ser injusto, e o Senhor Presidente tem um ano para provar que mereceu o beneficio da dúvida. ----------

---

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que lembrava o Senhor Presidente da Câmara de ter ido ao espaço onde podia ser instalada a Junta de Freguesia e um Espaço Multiusos, tendo utilizado meios da Câmara para avaliar aquele espaço e depois não se ouviu mais falar disso. ----------

Ouviu falar durante muito tempo em orçamentos participativos, participativo é um verbo que não se conjuga por estes lados; participativo é quando muito chamar as pessoas e fazer de conta que se ouve ao abrigo do estatuto do direito de oposição, mas já está tudo decidido. ----------

Participativo é muito mais: é ouvir as populações, é fazer ações descentralizadas, ouvir contributos das populações e, o orçamento é o documento mais importante que uma Câmara pode ter para partilhar com as populações antes de o redigir, para poder transpor para o mesmo, aquilo que é a sensibilidade das populações, quais são as suas ansiedades e depois, tanto quanto possível, enquadrá-las. ---------

Disse de seguida que às vezes os orçamentos são aquilo que são, podem ser mais transparentes, mais justos, mas às vezes não se pode esticar mais, e apesar de tudo Valongo podia esticar mais. ----------

Continuou dizendo que as zonas REN e RAN são bens públicos; quando se desclassifica uma zona que é REN ou RAN, essa desclassificação gera mais-valias, porque essa área é um bem público; é privado como REN é de um proprietário mas a mais-valia é pública; quando essa mais-valia é dada a privados estão a esbanjar a possibilidade de melhorar orçamentos. ----------

---

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente ao orçamento continuam a apostar num conjunto de investimentos a nível das vias e arruamentos, sabendo

que fazem um investimento muito curto pois seria necessário 10 vezes mais o valor; mantêm o investimento nas escolas, sendo certo que é muito baixo; têm vindo a fazer investimento ao nível dos equipamentos desportivos. Relativamente aos 350 mil euros que reservaram para um investimento na cidade de Ermesinde distorce em relação ao resto, mas que se justifica, pois é a única freguesia que não tem efetivamente um equipamento adequado. ----------

Em relação ao Complexo Desportivo dos Montes da Costa a Câmara Municipal vai tentar dentro do possível resolver o problema com meios próprios, que também é um espaço público que tem toda a vocação para desporto e deve ser utilizado como tal. ----------

Fizeram um conjunto de investimentos, e não esperaram pelos fundos comunitários, na modernização; neste momento todos os serviços são possíveis de aceder através da internet, têm a desmaterialização muito avançada, no próximo ano vão abrir uma Loja do Cidadão, em Ermesinde, e 5 Espaços do Cidadão em todo o concelho de Valongo. ----------

A partir do próximo ano quando estiver a funcionar toda a rede, os cidadãos não têm que ir a Valongo e poderão tratar dos assuntos todos próximo de casa, próximo do local de trabalho. ----------

Têm vindo ao longo dos últimos anos a investir na área social, foi criado o fundo de emergência que está no terreno, que tem vindo a apoiar famílias que estão em situação de emergência, e já se alargou a mais duas freguesias as plataformas solidárias. ----------

Aumentaram os meios que são transferidos para a Vallis Habita, embora diminutos. ----------

Têm vindo a aumentar o apoio a uma série de iniciativas de apoio às crianças mais carenciadas, e crianças de segmentos especiais, designadamente programas direcionados a crianças com necessidades especiais. ----------

Ao nível das escolas introduziram, o ano passado, um apoio de 5 euros por aluno, para todos os alunos do pré escolar e primeiro ciclo, que são 25 mil euros. ----------

Fizeram um investimento: já não é necessário os cartões, porque está muito simplificado o sistema das refeições nas escolas, e vai ser alargado para outras funções que existem nas escolas, compraram computadores para muitas salas e mobiliário escolar. ----------

Continuam numa lógica de afirmar territorialmente o concelho, promovendo desde as serras, o património religioso, a panificação, o brinquedo tradicional, as bugiadas e a ardósia; têm vindo a apostar num conjunto de iniciativas que promovem essas marcas. ----------

Aproveitaram a Expoval para promover as marcas do concelho, o património da terra. ----------

Criaram iniciativas em Alfena, uma iniciativa em Valongo que já vai na segunda edição, estão convencidos que vão dar fruto. ----------

Compraram serviços para estar preparados para agarrar os fundos comunitários quando estes surgirem. ----------

Disse de seguida que relativamente à rubrica outros, só o tratamento de resíduos sólidos urbanos, refeições escolares, plano de emergência alimentar e iluminação pública a Câmara gasta 3 milhões e 800 mil euros. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.2. Orçamento, Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal, para 2016 - Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita, para 2016, sendo **aprovado por maioria** verificando-se a seguinte votação: ----------

Votos a Favor: 13 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa. ----------

Votos Contra: 6 votos contra, sendo: 3 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Membro Independente Celestino Marques Neves e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares. ----------

Abstenções: 12 abstenções, sendo: 10 abstenções do Grupo Municipal do PSD/PPM, 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. ----------

---

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: --

"Voto contra do orçamento e grandes opções do plano para 2016; refiro-me apenas ao orçamento da Câmara, porque o documento da Câmara mantém os habituais constrangimentos, resultantes em grande medida da ausência de decisões estratégicas para atrair investimento relevante, limpos, para o concelho. ----------

Persiste por outro lado numa insuficientemente explicada manutenção de concessões ruinosas que poderiam significar uma maior independência financeira, por um lado, e uma melhoria da qualidade na prestação dos serviços essenciais por outro; no caso da concessão da água e saneamento, na recolha de resíduos sólidos urbanos e mesmo em certa medida a do estacionamento de superfície. ----------

Ainda, porque continua a padecer da gritante desigualdade de sempre na repartição dos parcos investimentos feitos nas freguesias, dispenso-me de detalhes: Alfena já foi aqui referida mas há outras. Porque continua a prescindir do precioso enriquecimento que lhe poderia advir das valiosas contribuições dos munícipes, se corajosamente avançássemos na concretização de uma promessa, vezes sem conta repetida, e outras tantas esquecidas em orçamentos participativos." ----------

---

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: ----------

"O voto contra da Junta de Freguesia de Alfena reflete o descontentamento pelo pouco investimento municipal, mais uma vez proposto para Alfena. ----------

Quando se enche a boca e se faz festança com o enorme investimento privado que em Alfena se está a realizar, não se vê o investimento público acompanhar o investimento privado, nomeadamente nada se diz da rua Nossa Senhora do Amparo, de acesso à nova zona industrial, nada se faz pelas margens do Leça, nada se faz pela construção de equipamentos públicos, e corremos o risco de muitos que para Alfena virão trabalhar vão viver para o concelho vizinho, pois aqui não encontram qualidade de vida. -- Alfena, mais uma vez é esquecida." ----------

---

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, informou que a Jerónimo Martins foi sensível a um pedido da Câmara Municipal de Valongo e seu em particular: toda a rua entre a Codiceira a Sobrado vai ser requalificada, ou seja a rua Nossa Senhora do Amparo. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que a Junta de Freguesia de Alfena foi eleita, tem legitimidade, e quando fala de transparência, é esta a transparência, a Junta de Freguesia acabou de saber que a Jerónimo Martins disse: é o respeito que têm pela Junta de Freguesia de Alfena. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 2.3. Projeto Final de Regulamento de Prémios de Excelência e Mérito. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Nuno António Dias Monteiro**, disse que os prémios de excelência e mérito são uns bons prémios, e são importantes para as escolas, e para os alunos.
A questão que gostaria de colocar é que, tanto quanto lhe foi dado a conhecer, no Conselho Municipal da Educação, no regulamento foi retirado o termo repetente, no artigo 11.º, no ponto 4 e no ponto 6, aparece o termo repetente. ----------

---

O Senhor **Vereador, Orlando Gaspar Rodrigues**, informou que não foi retirado o termo repetente; foi discutido, o Conselho Municipal de Educação aprovou o regulamento tal como está, o Conselho Municipal da Juventude deu um parecer positivo, por maioria, a questão foi depois discutida, a Câmara

aprovou por unanimidade, o Conselho Municipal de Educação discutiu não alterou porque já tinha aprovado o documento. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou a votação o ponto 2.3. Projeto Final de Regulamento de Prémios de Excelência e Mérito, sendo **aprovado por maioria** verificando-se a seguinte votação: ----------

Votos a Favor: 30 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 10 votos do Grupo Municipal do PSD/PPM, 3 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Membro Independente Celestino Marques Neves, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnado Pinto Soares, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. ----------

Abstenções: 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. ----------

De seguida colocou à discussão o ponto 2.4. Oficina da Regueifa e do Biscoito – Equipamento de interesse público a reconhecer pela Assembleia Municipal, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. ----------

Colocou, seguidamente à discussão o ponto 2.5. Contrato interadministrativo de Delegação de Competências na Área Metropolitana do Porto - Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Nuno António Dias Monteiro**, começou por dizer que a lei n.º 52/2015, de 9 de junho, foi uma lei com o intuito de destruir os transportes públicos, abriu a porta ao desmantelamento dos serviços públicos de transporte. ----------

Tendo consciência que as autoridades metropolitanas, na forma que existiam, e na falta de recursos que tinham, ficaram muito aquém do que seria de esperar, para o BE a ideia das autoridades metropolitanas são corretas. ----------

O modelo que foi apresentado o BE não confia nele, não acredita neste modelo, a Área Metropolitana não tem capacidade e tem outras funções que não o setor dos transportes, a Área Metropolitana envolve 17 municípios, mas na realidade são municípios muito díspares, ou seja comparar Porto, Gaia, Matosinhos, Valongo com Arouca não faz sentido. ----------

A especificidade dos transportes na Área Metropolitana, como é a do Porto, exige pessoas especializadas, técnicos especializados, e um estudo muito profundo para que seja eficiente. ----------

---

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que vão votar a favor, mas o contrato nada tem a ver com a gestão da empresa, mas com a gestão da rede, e é necessário, e tem que ser exigido por todos, a manutenção da STCP e do Metro na lógica pública e com o devido investimento. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.5. Contrato interadministrativo de Delegação de Competências na Área Metropolitana do Porto - Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros, sendo **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: ----------

Votos a Favor: 30 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 10 votos do Grupo Municipal do PSD/PPM, 3 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Membro Independente Celestino Marques Neves, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnado Pinto Soares, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. ----------

Votos Contra: 1 voto contra do Grupo Municipal do BE. ----------

De seguida colocou à discussão, em conjunto, do ponto 2.6 ao ponto 2.26: ----------

2.6. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento Industrial sito na Rua de S. Martinho, 120, União das freguesias Campo e Sobrado: INBORVAL – Indústria de Borracha, Lda.; ----------

2.7. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento Industrial sito na Rua da Lomba, União das freguesias Campo e Sobrado: MECALTEX – Mecânica Geral de Precisão, Lda.; ----------

2.8 Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento Industrial sito na Rua da Lomba, União das freguesias Campo e Sobrado: QUINTA DAS ARCAS - Sociedade Agrícola, Lda.; ----------

2.9 Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento Industrial sito na Rua Central de Campo, 2329, União das freguesias Campo e Sobrado: MADEICAMPO – Exploração Florestal, Lda.; ----------

2.10. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento Industrial sito na Rua Andrade Corvo, 1051, União das freguesias Campo e Sobrado: JETCLASS – REAL FURNITURE; ----------

2.11. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua da Ferraria, freguesia de Alfena – Manuel Joaquim da Silva Neves; ----------

2.12. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito Rua Padre Miguel Paupério do Vale, n.º 436, freguesia de Valongo – Álvaro Neves Unipessoal, Lda.; ----------

2.13. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua Vale de Amores, n.º 340, freguesia de Valongo – José António Dias da Silva Pereira; ----------

2.14. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua Pedro Hispano, n.º 239, freguesia de Ermesinde - Joaquim Vilarinho, Unipessoal, Lda.; ----------

2.15. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária Rua Nossa Senhora da Encarnação, n.º 120, União das freguesias de Campo e Sobrado – Ferreira & Rocha, Lda.; ----------

2.16. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito Rua da Aldeia, n.º 345, União das freguesias de Campo e Sobrado – Manuel Alberto Marques Ramos; ----------

2.17. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Travessa das Póvoas, 51, União das freguesias de Campo e Sobrado – Júlio Fernandes Jorge Coelho; ----------

2.18. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua da Ferraria, n.º 252, freguesia de Alfena – Ramos & Moreira, Lda.; ----------

2.19. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua Simões Lopes, n.º 282, freguesia de Ermesinde - Manuel José Castro Ascensão Carvalho; ----------

2.20. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua Central da Ribeira, n.º 586, União das freguesias de Campo e Sobrado – José Martins Moreira Dias; ----------

2.21. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua da Ferraria, freguesia de Alfena – Ramiro da Costa Campos; ----------

2.22. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua das Carvalhas, freguesia de Alfena – Manuel Augusto Pontes da Silva; ----------

2.23. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Travessa de Santo André, n.º 110, União das freguesias de Campo e Sobrado – Maria de Fátima Dias Moreira da Rocha; ----------

2.24. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua do Outeiro da freguesia de Alfena – Manuel Moreira da Rocha; ----------

2.25. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua Fialho de Almeida, n.º 236, União das Freguesias de Campo e Sobrado - José Luís Ribeiro Dias, Unipessoal, Lda.; ----------

2.26. Reconhecimento de interesse público municipal na regularização das obras de ampliação do estabelecimento de exploração pecuária sito na Rua da Agra, União das Freguesias de Campo e Sobrado – Manuel Martinho Moreira Fernandes; ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Nuno António Dias Monteiro**, disse que apesar de compreenderem as razões dos reconhecimentos, o reconhecimento não deve ser puramente económico, há outras questões ambientais, sociais, urbanísticas, muitas questões que se levantaram quando apresentaram o processo. ----------

Disse de seguida que, neste momento, não consegue votar em consciência, porque são muitas coisas diferentes, desde indústria até pecuária, áreas que não domina, e não conseguiu obter informação adequada para votar conscientemente. ----------

---

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: ----------

"Em 29 de dezembro de 2014, foi votado na CM o Plano Diretor Municipal. Na altura José Manuel Ribeiro disse: ----------

"Este é um momento histórico pois aprovamos um documento estruturante e muito importante para virar a página na história deste Município, ao fim de quase 15 anos! [...] A proposta de versão final do PDM mereceu Parecer Favorável da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), tanto do ponto de vista legal como procedimental, sem quaisquer condicionalismos, o que dá a todos os que participaram neste processo uma enorme satisfação pelo trabalho desenvolvido! " --

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

Na altura, a CDU considerou que globalmente, o documento em apreciação correspondia a uma melhoria em relação ao PDM em vigor. Mas considerava que o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do PDM ao longo do período da sua vigência eram fundamentais, em especial sempre que viessem a aparecer "propostas de alteração à planta de ordenamento", não raras vezes associadas e justificadas com base em alegadas "oportunidades a não perder", "compromissos camarários" ou no "interesse público". ----------

Acabou a CDU por se abster por considerar, analisando a atuação do PS até à data, não ter garantias em relação ao respeito pela nova versão de PDM no futuro. ----------

A fazer um ano após essa data, estamos aqui a discutir o reconhecimento de interesse público municipal de 21 situações que violam o dito documento. ----------

Mas ainda mais grave, é a forma leviana como isto nos é apresentado. ----------

Ninguém nesta sala irá votar estes 21 pontos de forma consciente, ninguém conseguiu visitar em 4 dias (tempo em que nos foi enviada a proposta) estes 21 locais. Vão votar cegamente e de cruz estas violações, permitidas por um decreto de lei que já tem 1 ano de vida, mas que só agora a CM decidiu usar.----------

Situações muito diferentes vão ser aqui discutidas, algumas que envolvem o interesse de terceiros, munícipes que deveriam ter o direito de se pronunciar. ----------

Afinal para que serve o pomposo Gabinete "Mais Investimento Mais emprego", apenas para aparecer bem nos jornais? Porque é que só agora temos estas matérias para discutir? ----------

Faz sentido isto ser discutido desta forma e neste curto espaço de tempo? ----------

Hoje, mais uma vez, o tempo veio dar razão à CDU, o PDM do concelho é muito bom se não for violado a cada passo e for realmente usado como um documento estruturante do concelho. ----------

Coloquem a mão na consciência e pensem se este é o caminho certo." ----------

---

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que votou contra o PDM, mas de facto votar um PDM há um ano e estar agora a discutir, é uma responsabilidade que remete para o Senhor Presidente da Assembleia, os documentos chegaram há menos dias do que os outros todos que chegaram atempadamente, estes foram enviados há última hora. ----------

Pretender que conheçam os contornos dos pedidos de interesse público, e que votem em consciência, é fazer deles pessoas a tempo inteiro dedicados à Assembleia, o que não é o caso. ----------

Vai votar contra, e está a correr o risco de ser injusto com alguém, apenas porque a Câmara não fez o seu papel, o Senhor Presidente da Assembleia não exigiu que a Câmara cumprisse o seu papel. -------

---

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que não tem rigorosamente nada a ver com o PDM, foi aprovado um decreto-lei que criou um regime excecional, no passado já houve vários regimes excecionais. ----------

As empresas existem em Alfena, em Sobrado, em vários pontos, são empresas vieram solicitar à Câmara que declarasse interesse de reconhecimento público na regularização das obras, mas isso não significa licenciar, segundo o decreto-lei, até ao dia 4 as Câmaras e Assembleias têm o prazo para deliberar se reconhecem que é do interesse público regularizar, ou não, estas situações. ----------

A seguir o processo é enviado para a CCDR, que articula reuniões com vários serviços, e é que se vai determinar se poder licenciar. ----------

O facto de os processos terem sido só agora submetidos à aprovação deveu-se à entrega tardia, por parte das empresas, do pedido à Câmara. ----------

A seguir, se for aprovado, vai para um patamar superior que vai definir se é possível ou não aprovar, como diz na lei, logo na alínea a), isto é para situações fora do PDM, não tem nada a ver com o PDM, só estão a fazer aquilo que diz que devem fazer segundo a lei. ----------

---

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que, por exemplo, uma das empresas que dá postos de trabalho, oportunidades a não perder, é uma empresa de madeira que tem o edifício num povoado percorrido por incêndios, uma área classificada como alto e muito alto risco de incêndio. ----------

Disse de seguida que têm que ter de consciência do que estão a votar, irão classificar uma exploração pecuária que se encontra numa zona urbana residencial, como interesse público municipal. Como se vão justificar perante as famílias que vivem ao lado dessa pecuária quando estas vierem reclamar pelo interesse da empresa se ter sobreposto aos seus interesses. ----------

Dizer que o não licenciamento destes locais coloca em risco postos de trabalhos, também nãos lhes parece que seja uma argumentação correta. ----------

A CDU não irá votar contra, porque também não conhece a fundo cada situação que está a ser votada, por isso seriam injustos se o fizessem, optaram pela abstenção. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, começou por dizer que há prazos para cumprir, e chegaram à conclusão que a Câmara não teve culpa, as empresas entregaram o requerimento tarde. ----------

Se não for aprovado, provavelmente, as empresas não têm possibilidade de recorrer a esse decreto, que de facto a aprovação é num patamar para um nível superior, a autorização do licenciamento é da competência da CCDR. ----------

---

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a Câmara fez o trabalho que lhe competia o problema é que as empresas fazem tudo à última hora, e vieram solicitar à Câmara a utilização do mecanismo. ----------

O decreto-lei estabelece, com caráter extraordinário, o regime de regularização e alteração ou ampliação de estabelecimentos, explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e exploração de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo, não tem a ver com o PDM. ----------

Como o exemplo da Madeicampo, uma empresa que emprega 37 pessoas, fatura quase 3 milhões de euros por ano, é uma empresa importante naquela zona do território, e no que diz respeito ao licenciamento, as suas instalações à exceção do edifício administrativo, cuja construção é anterior a 51, os restantes edifícios onde se desenvolve a atividade não foram precedidos de licença nos termos do RJUE, mas há vários exemplos, há casos em que foi um alargamento e têm uma parte que não está licenciada. ----------

Na parte das instalações agropecuárias foi um processo que foi trabalhado em conjunto com a Cooperativa dos Produtores Agrícolas, foi a Cooperativa que pediu, são vários casos de Alfena, de Sobrado, de Campo e de Ermesinde, são instalações onde as pessoas têm uma atividade pecuária e estão a usar uma lei que foi aprovada, que está em vigor, para poderem tentar regularizar a situação.

Disse de seguida que não é a Câmara que decide se a empresa se pode ou não regularizar, quem vai decidir é o ICNP, a APA, e nada garante que as empresas possam depois pedir o licenciamento. ------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que há uma questão que o preocupa, pois estão a dizer que existe um conjunto de empresas, de explorações que estão ilegais, e estão a dizer que pelo Município elas podem ser legalizadas. ----------

Entretanto as entidades é que vão dizer se elas vão ser passiveis de legalizar ou não; se não forem depois de votar o documento o vão fazer a seguir? Tomaram os devidos cuidados com as empresas que estão a pedir a legalização, foram analisados os processos em conjunto, ou a Câmara limitou-se a receber os requerimentos e a propor? ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, disse que partilha da preocupação do presidente de Junta de Alfena; esteve a ver os vários processos e, dizer que os empresários vieram à Câmara à última hora é depositar nos empresários o ónus de tudo. -------
O receio que tem é que alguém da Câmara lhes tenha dito que era a luz ao fundo do túnel, a última oportunidade, e tenha dado esperança a quem tenha um risco muito elevado de andar a fazer todo o processo e chegar ao fim e perceber que afinal havia mais complicações. ----------

---

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que estão a dizer que existe reconhecimento público municipal, estão a reconhecê-lo publicamente e isso, não pode ser feito de uma forma leviana. ----------
Quando dizem que não tem nada a ver com o PDM, tem; é exatamente isso que estão a aprovar, violações ao PDM. ----------

---

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, perguntou se naquele conjunto de empresas existe alguma sobre a qual esteja a correr alguma reclamação suscitado por terceiros que se sintam prejudicados. ----------
Disse de seguida que são violações ao PDM que estão a defender, exceções ao PDM podem ser justificadas em determinada situação muito pontual, estão a apanhar um conjunto grande de violações que vamos fazer chegar à CCDR. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que o PSD não vai obstaculizar a possibilidade que as empresas têm de eventualmente legalizarem as situações delas, não é um dado adquirido, não sabe até que ponto não terão sido dadas espectativas às empresas, e elas se vejam na contingência de depois o processo não ter viabilidade, e a partir do momento que isso seja assumido as empresas estão assumidamente a incorrer numa ilegalidade. -----

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, disse que muitas das situações não foram legalizadas porque estavam em desacordo com o PDM que estava na altura em vigor, e não com o atual PDM. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa**, disse que vai votar o ponto em consciência, o exemplo dado pela Membro Sónia Silva é um exemplo real é uma

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

empresa que fabrica móveis, que tem 50 a 60 funcionários, que produz para exportação cerca de 85 a 90%. ----------

Das 21 unidades de produção a maior parte são pecuária, mas podem estar envolvidos 300 a 400 postos de trabalho. ----------

Preocupa-o sim aquelas empresas que nem sequer solicitaram processo para a sua regularização, porque estão tão ilegais que nem sequer têm solução possível, a não ser a sua destruição em termos físicos. ----------.

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, perguntou se em às 21 empresas corre na Câmara alguma reclamação de terceiros relativamente a alguma delas. ----------

---

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, informou que não tem conhecimento mas julga que não. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação os pontos, em conjunto, do ponto 2.6 ao ponto 2.26, sendo **aprovado por maioria**, verificando-se a seguinte votação: ----------

Votos a Favor: 26 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 10 votos do Grupo Municipal do PSD/PPM, 1 voto do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde Luís Miguel Mendes Ramalho. ----------

Abstenções: 5 abstenções, sendo: 3 abstenções do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Membro Independente Celestino Marques Neves. ----------

De seguida colocou à discussão o ponto 2.27 Desafetação do Domínio Público de uma parcela de terreno, com a área de 47,50m2, sita na Rua dos Desportos em Campo, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. ----------

Colocou de seguida o ponto 2.28. Proposta de aquisição de Unidades de Participação para formalização da Adesão do Município de Valongo à AdEPorto – Agência de Energia do Porto, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. ----------

Seguidamente colocou à apreciação o ponto 3. Relatório Intercalar referente ao 1º semestre de 2015, não se tendo verificado intervenções. ----------

De seguida colocou à apreciação o ponto 4. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, perguntou se relativamente à listagem dos processos em Tribunal, qual a data da atualização da informação, se é a data de 17 de novembro. ----------
Disse de seguida que se nota o esforço de uniformização na apresentação dos resultados, no entanto devia ser estendido o máximo possível no que diz respeito aos custos, quer internos quer externos, bem como mencionar quais as receitas envolvidas nas atividades. ----------

---

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, informou que a listagem dos processos em Tribunal foi até 11 de novembro, mas aproveitava para informar que a Empresa Parques VE através do Tribunal está a impedir que a feira esteja no centro da cidade. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu continuidade ao Período Antes da Ordem do Dia. ----------

---

A Senhora **Segunda Secretária, Ana Maria Martins Rodrigues**, fez a leitura de uma **Moção** – Contra a reintrodução de portagens na A4 em Ermesinde - que se anexa à presente ata como **Doc.12**. ---------

---

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, começou por questionar se a Comissão de Toponímia já reuniu; a última informação que têm era que ia reunir esta tarde e gostaríamos de ver essa informação confirmada. ----------
De seguida fez a leitura de uma **Recomendação** – Sobre as árvores dos espaços públicos no concelho de Valongo – que se anexa a presente ata como **Doc.13**, cujo teor se transcreve: ----------
*"Mais uma vez, Sr. Presidente da Câmara, senhores vereadores, **neste outono**, a Câmara prossegue, ou deixa prosseguir, ou nada faz para impedir a mal chamada "poda" das árvores dos nossos espaços públicos, ruas, parques, jardins, escolas e outros locais.* ----------
Apesar de todas as tentativas por nós feitas ao longo de anos, de todas as chamadas de atenção, a Câmara continua a fazer a má opção, a opção de degradar, desfigurar e destruir o património arbóreo nos espaços públicos por todo o concelho, numa prática com contornos de verdadeiro delito ambiental. As fotografias que anexamos ao texto desta intervenção, tiradas há poucos dias, atestam-no perfeitamente. ----------

Há um ano, pouco mais ou menos, quando aqui abordámos o problema, respondeu o Sr. Presidente da Câmara que esta tinha "uns técnicos maravilhosos". Então se tem, porque continua a Câmara a promover tais desmandos? Se os técnicos são "maravilhosos", e se são maravilhosos sabem fazer, trata-se de opções políticas da Câmara, o que é muito grave e preocupante. ----------

Não existe nenhum argumento técnico, nem ambiental ou social que justifique este massacre anual dos arvoredos públicos. A "poda camarária " é apenas um hábito rotineiro e estúpido, sem qualquer explicação racional. ----------

Mais uma vez pedimos e recomendamos à Câmara que ponha cobro de imediato a tais desmandos. Parem para refletir e para reorganizar. Mandem os vossos técnicos e demais pessoal aprender a tratar das árvores. Levem-nos a ver como se faz bem. Não é preciso ir muito longe. Basta ir aqui ao lado, à Maia e ao Porto, onde estas práticas funestas da "poda" foram praticamente abandonadas e onde tem sido feito um esforço sério para conservar, aumentar e valorizar o património arbóreo municipal. --------

Os núcleos urbanos do nosso concelho são pobres em espaços verdes condignos, bonitos, bem tratados e bem arborizados. É necessário conservar o que existe. É preciso aproveitar o outono e o inverno, não para degradar os arvoredos existentes, mas sim para plantar mais árvores nas nossas ruas, praças e jardins, escolhendo espécies adequadas a cada situação e deixá-las crescer na sua forma natural." ----------

Seguidamente fez a leitura de uma **Recomendação** – Apoios sociais a idosos – anexa à presente ata como **Doc.14**. ----------

"Após resposta ao requerimento apresentado pela CDU acerca dos apoios sociais aos idosos, foi possível verificar que existem 115 idosos a aguardar por um lar e 183 idosos a aguardar que lhe sejam prestados serviços de apoio domiciliário. Também foi possível verificar que apenas uma IPSS em todo o concelho presta o serviço de apoio domiciliário 7 dias por semana. ----------

O Plano de desenvolvimento Social estipulava metas para aumento das respostas destes serviços, mas desde 2011 apenas aumentou 10 vagas em lares, sendo este aumento apenas possível por uma melhor gestão das IPSS do concelho e não por uma maior abertura da segurança social. ----------

Numa altura em que se discutiu no parlamento a criminalização das condutas contra os direitos fundamentais dos idosos, seria bom analisarmos o que é feito para ajudar as famílias a cuida-los com dignidade. ----------

Não podemos deixar de lembrar que a maioria dos reformados e pensionistas têm rendimentos inferiores a 60% do salário mínimo nacional. E que os últimos governos são responsáveis pela forte agudização das condições de vida dos idosos em resultado dos insignificantes aumentos dos valores

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

das pensões e reformas a par do brutal aumento dos preços de bens e serviços essenciais, designadamente da alimentação, transportes, água, eletricidade, medicamentos, telefones. ----------
Passar a considerar como crime o abandono de um idoso num hospital ou noutro estabelecimento de prestação de cuidados de saúde, como os lares, sem que seja acautelado condições às famílias para poderem cuidar dos seus familiares, é fazer com que as famílias sem recursos possam vir a ser duplamente penalizadas, primeiro por se verem sem meios para a prestação dos cuidados e depois por verem as suas práticas condenadas em praça pública, pelo mesmo estado que não lhes oferece as condições dignas que deveria oferecer. ----------
Assim, a CDU recomenda à CM que: ----------
Inicie conversações com a segurança social que visem o aumento das respostas no concelho, tal como previsto no Plano de desenvolvimento. ----------
Denuncie publicamente o facto de existirem mais de 100 idosos em listas de espera tanto para os lares como para os serviços de apoio domiciliário." ----------
---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa**, disse que gostaria de deixar algumas notas: relativamente às primeiras duas queria sensibilizar a Câmara Municipal no sentido de junto da tutela, estudar a possibilidade de se construírem passeios; ontem, morreu num acidente um jovem de 15 anos, em Sobrado. ----------
A estrada 209 pode ser considerada um cemitério, e têm a obrigação de tentar resolver a situação o mais rapidamente possível. ----------
Relativamente à iluminação e, no protocolo, estava mais ou menos definido que nas curvas as lâmpadas estariam ligadas, o que não está a acontecer. ----------
Disse de seguida que depois de meio ano da tutela dizer que antes do final do ano o Centro de Saúde de Campo ia ser iniciado, está tudo parado, o que é inadmissível, pois foram dirigentes da tutela que afirmaram essa situação. ----------
---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso**, referiu que o voto de louvor se destinava a todo um executivo camarário, uma vez que todos terão contribuído para a distinção que o Município de Valongo recebeu no âmbito da Transparência. ----------
Afirmando ainda ser natural que no decurso de uma Assembleia, a Oposição faça chegar as suas críticas e chamadas de atenção às questões que entenda pertinentes melhorar, mas faz igualmente parte reconhecer o que de bom é feito e neste caso onde o Município é distinguido, seria uma boa altura

para o reconhecerem terminando por pedir a todos os Membros da Assembleia que não tivessem medo de louvar o nome de Valongo quando ele é falado por bons motivos. ----------

---

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara, José Augusto Sobral Pires**, começou por dizer que sobre o problema das portagens da A3 e A4, estão de acordo em contestar o eventual reaparecimento de portagens, pensa que é unânime a preocupação. ----------

Relativamente ao Presidente da Junta de Alfena, sobre um pedido de reuniões, e algumas perguntas: da parte deles não há qualquer problema em analisar, no local, as situações e ter um diálogo com as pessoas. ----------

Quanto à exposição da Senhora Manuela Tavares, só hoje recebeu uma exposição dos técnicos sobre o problema e que lhe vai enviar. ----------

Em relação aos acordos de execução, apenas têm feito o que está acordado e o que a lei diz; há a preocupação de tratar todas as juntas da mesma forma e com os mesmos critérios. ----------

Relativamente aos problemas sobre os ecopontos, limpezas diversas, lixeiras clandestinas, informou que há uma nova filosofia de recolha do lixo no concelho; há um programa liderado pela Lipor que vai procurar fazer a separação do lixo, criar mais ecopontos, é um plano que está a ser montado e vão aderir a esse plano, vão ter zonas piloto nos diversos locais do concelho e começar a treinar a população para aderir a essa mudança de comportamento. ----------

Relativamente ao STOP privativo em Ermesinde, foi-me colocado um problema de um STOP que estaria dentro de uma casa particular, e que de facto não está; esses STOP que foram feitos naquela região não foram aprovados por eles, já são anteriores, não sabe o que significa exatamente. ----------

Sobre a feira de Valongo é um assunto em aberto; o processo que os Parques VE levantaram sobre a feira de Valongo foi posterior ao levantamento dos processos que foram distribuídos. ----------

Quanto ao rating da transparência foi uma notícia que realmente o surpreendeu pela positiva, e toda a gente deve ficar estimulada pelo facto de estarmos no lugar 123 e passar para o 13º; terão que ter feito alguma coisa bem para isso ter acontecido. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que no documento 1, em 30 de outubro, tentou responder a um freguês a quem reprovaram um projeto por causa de um estudo viário, e nesse dia pediu à Câmara para o esclarecesse e pediu uma reunião, não pediu nenhum parecer técnico. ----------

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

Depois, a D. Manuela Tavares, no dia 26, coloca a questão de um projeto que está aprovado; pelo menos disseram-lhe que estava aprovado. Passado quase um mês ainda não houve tempo de responder à Junta para poder ser dada resposta à Senhora. ----------
Quanto aos acordos de execução sintetizou: eram 6 elementos, combinamos que iam 5 mas do dinheiro que está lá - os 65 mil - tiraram uma parte; temos ainda um elemento de baixa, há vários meses e não lhes dão o dinheiro mas, a outros dão. ----------
---

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que o STOP existe no cruzamento da rua Capitão Aires Martins e João Chagas; a rua Capitão Aires Martins é uma rua principal e a João Chagas é uma rua sem saída e que tem prioridade sobre a principal. ----------
---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a admissão dos seguintes documentos: ----------
- **Moção**, anexa à presente ata como **Doc.12** – Admitida por unanimidade; ----------
- **Voto de Louvor**, anexo á presente ata como **Doc.1** – Admitido por unanimidade; ----------
- **Voto de Louvor**, anexo à presente ata como **Doc.5** – Admitido por unanimidade. ----------

De seguida colocou à discussão a **Moção** anexa à presente ata como **Doc.12**. ----------
---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, propôs a seguinte alteração ao texto da Moção: ----------
Moção – Contra a reintrodução de portagens na A4 em Ermesinde e A3 em Alfena. ----------
Tendo em conta … da freguesia de Ermesinde e de Alfena. ----------
Tendo em conta que a entrada/saída da A4 em Ermesinde e A3 em Alfena … ----------
Tendo presente … nestes troços …. ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação as alterações propostas, sendo **aprovado por unanimidade**, ficando com o seguinte texto final: ----------
"Moção ----------
Contra a reintrodução de portagens na A4 em Ermesinde e A3 na Maia que serve Alfena ----------
Tendo presente que as Autoestradas A3/ A4 são dos principais eixos viários do Concelho de Valongo e nomeadamente das Freguesias de Ermesinde e de Alfena. ----------
Tendo presente que a entrada/saída da A4 em Ermesinde e A3 em Alfena é utilizada diariamente por milhares de habitantes do nosso Concelho. ----------

VALONGO • UM TERRITÓRIO A DESCOBRIR

Tendo presente que a reintrodução de portagens nestes troços teria impactos profundamente negativos:

- Na economia local; ----------

- Na circulação automóvel, não só na Freguesia de Ermesinde, mas em todas as freguesias do Concelho. ----------

Tendo em conta que o decisor final sobre a reintrodução de portagens em Ermesinde é o Governo de Portugal. ----------

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 17 de Dezembro de 2015, delibera por unanimidade, repudiar qualquer "tentativa ou ensaio" de introduzir portagens em dois troços das autoestradas A3 e A4, já que está em causa a deslocação diária de milhares de pessoas para os seus locais de trabalho, sendo que as alternativas em termos de rede viária são manifestamente insuficientes e incapazes de manter a necessária fluidez de trânsito. ----------

Da presente moção deve ser dado conhecimento ao Sr. Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, todos os grupos parlamentares da Assembleia da Republica." ----------

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o texto final da **Moção** anexa à presente ata como **Doc.12**, sendo **aprovada por unanimidade**. --------

Colocou de seguida à discussão o **Voto de Louvor** anexo à presente ata como ***Doc.1***. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que no Voto de Louvor há uma coisa que não lhe soa bem, o louvor devia ser para as empresas porque foram as empresas que fizeram a inclusão. O Voto de Louvor não tem que ser para a Câmara que foi dar um prémio às empresas: onde está Câmara Municipal, devia estar, o nome das empresas que efetivamente efetuaram a inclusão. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Armando Gabriel Teixeira Baltazar**, disse que quando propôs o Voto de Louvor à Câmara foi pela Câmara tomar a iniciativa de homenagear uma empresa importante; o seu objetivo não é homenagear a empresa, pois a Câmara já homenageou a empresa, agora quer dar o louvor à Câmara por ter tomado a iniciativa de criar o prémio em Valongo.

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, disse que os prémios existem porque há empresas que se disponibilizaram a fazer a inclusão, portanto não só a Câmara porque criou o prémio, mas mais importante do que a Câmara são as empresas que fizeram a inclusão, portanto deve ter o nome da Câmara e o nome das empresas. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o **Voto de Louvor** anexo à presente ata como ***Doc.1***, sendo **aprovado por unanimidade**, *com a inclusão das empresas.* ----------

De seguida colocou à discussão o **Voto de Louvor**, anexo à presente ata como **Doc.5**. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que o índice não mede uma coisa que se calhar é o mais importante a medir, que é a corrupção; mede sim a informação disponibilizada no site da Câmara Municipal, se tem muita ou pouca informação. -----

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que tem que reconhecer o mérito porque subiu 100 lugares, é bom, não vão tirar mérito a isso, mas não lhe dizem nada do que quer, para responder às pessoas; não ligam a quem está próximo e andam com a preocupação do índice. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Nuno António Dias Monteiro**, disse ser muito cético em relação a prémios; nestes últimos anos temos assistido a prémios para tudo, e os prémios chegam a um ponto que não valem nada; rankings como o da educação que falam sobre os resultados dos alunos e não tem em conta o estrato social desses alunos ou seja, não valem nada. ----------

---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que a transparência pratica-se e, na Câmara, a prática é que a transparência fica muitas vezes na gaveta. Na relação com os Presidente de Junta, na relação com a Assembleia Municipal, no dia-a-dia com os eleitos dos partidos, a informação não chega, a transparência não existe. Ainda há um ou dois anos os resultados do ranking não interessavam mas agora, já interessam. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, disse que grande parte da informação que está disponibilizada no site todos têm que a disponibilizar, é um imperativo legal, e depois a transparência não se apregoa pratica-se. ----------

---

O Senhor **Presidente de Junta de Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves**, deu os parabéns à Câmara pelo 13.º na classificação. ----------

---

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que bastaria um exemplo: pediu um documento que era o processo de contraordenações na Novimovest, um documento público, e teve que recorrer à CADA, que lhe deu inteira razão. ----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o **Voto de Louvor**, anexo à presente ata como **Doc.5**, sendo **reprovado por maioria** verificando-se a seguinte votação: ----------

Votos a favor: 14 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Presidente de Junta de Campo e Sobrado, Alfredo Sousa.----------

Votos contra: 15 votos contra, sendo: 9 votos do Grupo Municipal do PSD/PPM, 3 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho e 1 voto do Membro Independente, Celestino Marques Neves. ----------

Abstenções: 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. ----------

Seguidamente colocou em votação a aprovação em Minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15, 2.16, 2.17, 2.18, 2.19, 2.20, 2.21, 2.22, 2.23, 2.24, 2.25, 2.26, 2.27 e 2.28, sendo **aprovado por unanimidade**, dando por encerrada a sessão. ----------

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada. ----------

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

A 2ª secretária: _____

Doc. 1

Grupo Municipal do Partido Socialista

Votos de Louvor

Considerando que,

- a palavra "inclusão" apareceu para assinalar uma nova visão e surgiu com a ideia de que não é só o indivíduo que tem de procurar e se integrar na sociedade/comunidade/escola, mas que estas estruturas têm também de se modificar, de se aproximar do individuo;

- a inclusão deve ser a possibilidade, a virtualidade ou a realidade de "pertencer";

- inscrever a inclusão nas prioridades da missão das instituições públicas e/ou privadas, não é mais do que regressar à verdadeira causa pelas quais elas foram criadas. Vejamos dois exemplos: quando se criaram as escolas não foi dito, por exemplo, que elas deveriam ser só para alunos sem deficiências e quando se criaram os hospitais não se disse que eles seriam só para quem tivesse dinheiro... Portanto, pensar em inclusão é "limpar" todas as pequenas alíneas, atitudes, normas e condicionamentos que impediram perversamente que as instituições sociais cumprissem aquilo para que foram criadas.

Considerando ainda que:

- o executivo da Câmara Municipal de Valongo entregou, no pretérito dia 3 de Dezembro, o Prémio de Mérito Municipal de Integração de Pessoas com Deficiência, e cinco menções honrosas, a empresas e instituições do nosso concelho, premiando assim, como referiu o seu Presidente, José Manuel Ribeiro *"exemplos de empreendedorismo na contratação de pessoas com deficiência, quebrando, desta forma, estigmas e preconceitos e provando acreditar numa sociedade inclusiva"*,

- a intervenção do Primeiro-Ministro, António Costa, na apresentação ao Parlamento do Programa do Governo, na qual afirmou que:

"Nos últimos anos, Portugal foi capaz de cumprir uma agenda ambiciosa nas políticas de igualdade, que favoreceram a integração das comunidades imigrantes, a garantia da liberdade religiosa, o combate às discriminações em função da orientação sexual ou de género. Não devemos ignorar que a eliminação das discriminações legais, não prescinde da continuidade de um combate cultural contra o preconceito, nem subsistência de discriminações de facto, com que não nos podemos conformar, como as diferenças remuneratórias em função do género. Mas, sobretudo, não podemos adiar mais a prioridade que temos de dar à inclusão de pessoas com deficiência, que exige uma ação transversal de uma escola inclusiva a um território sem barreiras, o aperfeiçoamento de mecanismos de apoio social e urna estratégia de emprego e de trabalho para todos. A inclusão das pessoas com deficiência deve ser a nova prioridade central da agenda para a Igualdade. Os novos desafios à igualdade não substituem a persistência do combate às desigualdades económicas e sociais, que a crise e a execução do programa de ajustamento agravaram de modo chocante."

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em Sessão Ordinária no dia 17 de Dezembro de 2015, delibera aprovar um Voto de Louvor:

- ao Executivo da Câmara Municipal de Valongo pela iniciativa tomada, a qual demonstra responsabilidade e preocupação em instituir a inclusão como um valor maior no concelho;

- ao atual Governo Português, pela decisão inédita em Portugal, de ter criado a Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência e de ter nomeado uma Pessoa portadora de Deficiência para dirigir a mesma, demonstrando que a inclusão não é só uma preocupação e um objetivo do seu programa de ação, mas antes de mais é uma realidade.

Assembleia Municipal de Valongo, 17 de Dezembro de 2015.

O Grupo Municipal do Partido Socialista,

(Armando Gabriel Teixeira Baltazar)

DOC 1

Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com> 30 de outubro de 2015 00:27

DOC. 2

Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal de Valongo,

informalmente a Junta de Freguesia de Alfena teve conhecimento de um Estudo de Reordenamento Viário da ruas Serra Amarela. Outeiro, Alexandre Herculano e Travessa da Serra Amarela.
Como certamente sabe tudo o que se passa na nossa terra é motivo de interesse para a junta de freguesia e por isso quando nos falaram deste estudo logo o quisemos conhecer pois parece que já está a produzir efeitos e nós , autarquia , não sabíamos de nada.
Para a colocação de um simples sinal somos consultados, e muito bem, para um estudo desta envergadura sabemos da sua existência por terceiros. Nada que nos admire atendendo ao histórico de atuação da Câmara Municipal a que Vossa Exa preside relativamente à Junta de Freguesia de Alfena.

Mas quando olhámos para o estudo ficámos estarrecidos, pelo que, solicitamos à Câmara Municipal uma reunião com caráter de urgência no local.
Depois dessa Câmara ter permitido a construção de uma casa no meio da rua em Alfena, vem agora apresentar um estudo , que conhecemos por terceiros, que nos parece completamente despropositado, ou melhor que é completamente despropositado e inexequível.

Respeitosos cumprimentos

Arnaldo Soares

Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com> 11 de novembro de 2015 01:11

Exmo Sr presidente,

a Junta de Freguesia de Alfena aguarda a reunião solicitada, solicitando que seja marcada o mais urgente possível.
Cumprimentos

Arnaldo Soares

Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com> 26 de novembro de 2015 00:54

Exmo Sr presidente ,

A junta de Freguesia continua sem receber qualquer resposta à reunião solicitada. Continuamos a constatar a falta de respeito com que a Câmara trata a Junta de Freguesia de Alfena. Nós também fomos eleitos pelos alfenenses e o que se passa na nossa terra importa-nos. Vossas excelências atuam como se não existíssemos , mas não nos calaremos nunca. Solicitamos a marcação de uma reunião no local, já antes pedida, na próxima terça dia 1 de dezembro da parte de manhã. Temos com urgência que saber responder aos alfenenses que nos questionam sobre o assunto.
Ficamos a aguardar confirmação da hora
Respeitosos cumprimentos

Em 7 de dezembro de 2015 14:06, DOTA <dota@cm-valongo.pt> escreveu:

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alfena

Dr. Arnaldo Soares

Incumbiu-me o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Valongo, Eng.º Sobral Pires, de lhe prestar os esclarecimentos solicitados relativamente ao "Estudo de Reordenamento Viário das Ruas Serra Amarela, Outeiro, Alexandre Herculano e Travessa da Serra Amarela na freguesia de Alfena".

No âmbito do pedido de licenciamento registado sobre o Proc. n.º 31-OC/2015, apresentado pelo Sr. Amadeu Fernando de Sousa Dias, o requerente pretende ampliar a construção existente de r/c erigida em data anterior a 1951, prevendo ligeira ampliação no r/c e a construção de um novo piso, no mesmo plano, composto por 2 frentes e 2 pisos (r/c e andar).

Com esta operação urbanística e no que diz respeito aos alinhamentos, a proposta contemplava um passeio e alinhamento frontal existente.

Ora, considerando as características urbanas da envolvente ao local, bem como a exiguidade do perfil transversal das ruas da Serra Amarela, do Outeiro e Alexandre Herculano, na sua confluência com a rua 1º de Maio - EN 105, entendeu-se que se verifica a necessidade de reformular o perfil transversal da rua Serra Amarela e assim criar condições para que no âmbito do controlo prévio das operações urbanísticas realizadas pelo município se permita compatibilizar as mesmas com um planeamento para essa área.

Foi com esse intuito que foi mandado elaborar um projeto urbanístico de reformulação e reordenamento para a área territorial referida, que contemplasse a redefinição do perfil transversal tipo, da faixa de rodagem e respetivos passeios laterais daquelas 3 vias bem como a definição dos alinhamentos das novas edificações, ampliação e reconstrução de construções existentes, que venham a ocorrer nos terrenos que confrontem com as mesmas.

O estudo realizado após a concordância da Divisão de Projetos e Obras Municipais, foi enviado para o técnico responsável pelo projeto para que o mesmo procedesse à inserção da pretensão conformando-se com os alinhamentos aí definidos.

É o que me compete informar, estando naturalmente ao dispor para qualquer esclarecimento adicional que pretenda.

Com os meus cordiais cumprimentos,

Luís Monteiro

Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com> 9 de dezembro de 2015 16:07

Exmo Sr Eng. Luís Monteiro,

agradeço a resposta mas como certamente entenderá as questões entre técnicos não nos dizem respeito. Agora a informação plena e possibilidade de intervenção nas soluções enquanto órgão político legitimamente eleito é algo de que não abdicamos.

Respeitosos Cumprimentos

Arnaldo Soares

Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com> 9 de dezembro de 2015 16:24

Exmo Sr Presidente da Câmara,

já agradeci ao Sr Eng Luís Monteiro a resposta enviada, claro que fez aquilo que lhe mandaram, mas, como facilmente entenderá, não respondeu minimamente à questão colocada pela junta.

As juntas de Freguesia são órgãos de poder local previstos na nossa constituição e que respondem perante a população de uma forma direta dado a sua proximidade. Nesse sentido reafirmamos o nosso pedido de reunião no local pois não sabemos que responder às pessoas que nos questionam quanto ao estudo em causa.

Vossa Exa compreenderá a nossa preocupação em estar informados, em intervirmos em tudo o que se passa na nossa terra, pois também nós fomos eleitos. Como já antes disse pedem parecer à junta para colocação de um STOP e para algo com esta envergadura ignoram-nos e nem sequer se dignam responder a um pedido de reunião, mandam um técnico fazê-lo.

Ignoramos as faltas de respeito pois as atitudes ficam com quem as pratica, mas não abdicamos de conhecer no local o que se pretende fazer. O que nos move é o poder prestar o melhor serviço possível à população de Alfena, por isso ficamos a aguardar a marcação de reunião no local. Lembramos , no entanto, que somos um **órgão politico executivo** e não técnico.

Respeitosos Cumprimentos

O Presidente da Junta de Freguesia de Alfena

Arnaldo Soares

Doc 2

Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com>

FW: DEPTº URBANISMO/ EXMO SR ENG SOBRAL PIRES

3 mensagens

FREGUESIA DE ALFENA <geral@freguesiadealfena.pt> 26 de novembro de 2015 15:40
Para: Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com>

Para conhecimento

De: Manuela Tavares [mailto:manuelatavar@gmail.com]
Enviada: quarta-feira, 25 de Novembro de 2015 23:51
Para: gabmunicipe@cm-valongo.pt; Freguesia de Afena
Assunto: DEPTº URBANISMO/ EXMO SR ENG SOBRAL PIRES

C/C EXMO SR Presidente Junta Freguesia Alfena

Exmo(s) Senhor(s),

O meu nome Manuela Tavares. Habito desde que nasci na Rua da Ferraria em Alfena neste momento no nº 50

Feita a apresentação, dirijo-me ao dept do Urbanismo, pois acho que é o indicado, se nao for agradeço que reencaminhem este email para quem de direito. Quanto a enviar cópia para o Presidente da Junta de Freguesia de Alfena, parece-me lógico tratando-se dum assunto relacionado com uma rua desta localidade. E também, devo confessar porque nem sei bem a quem me dirigir e na Camara Municipal para onde liguei a pedir informações também não me souberam dar ao certo.

Dito isto, vamos ao assunto que me leva a escrever este email:

na rua da Ferraria onde vivo desde que me conheço como gente, houve duas ou três intervenções (se estiver a ser injusta corrijam-me p.f.), foram elas: instalação da rede de água, saneamento e colocação de pavimento. Ate muito tarde a rua da Ferraria era de terra batida e umas pedras. Ainda me lembro muito bem disso.

Trata-se de uma das ruas mais antigas de Alfena penso eu, e de agricultores, pelo que era uma rua e é, aliás, onde os únicos veiculos previstos deveriam ser carros de bois. E agora por força da evolução, tractores.

A rua não tem passeios nem bermas. Nunca teve.

Apesar destes detalhes acima mencionados, eis que alguem tem a ideia peregrina de autorizar um estaleiro de camiões TIR cá na rua. Ou seja, numa rua onde para passarem dois veiculos ligeiros, um tem de quase parar, eis que surgem os camiões.

É necessário descrever em que circunstâncias os peões caminham na rua? Penso que não. Um mínimo de esforço mental chegam lá.

Só a talhe de foice, refiro que numa das vezes em que se cruzaram dois camiões e eu estava na rua, tive que abrir o portão dum vizinho, refugiar-me lá dentro pois seria nitidamente esmagada por um deles.

Penso que na altura da instalação do dito estaleiro, não terá havido grandes manifestações por parte dos vizinhos, minha não houve, ao abrigo da boa vizinhança, porque todos nos conhecemos, porque quem alugou o terreno tinha efectivamente necessidade de rendimento, etc etc etc

Claro, neste caso como noutros competia a quem de direito boicotar a instalação e não aos vizinhos incomodarem-se para o efeito.

Nada foi feito. Tudo foi autorizado. As consequências e os incómodos mantêm-se. E com algum jeito ate nos acomodamos.

Agora o que mudou:

fui confrontada a passada semana que uma parcela de um terreno desta rua foi vendida e dará lugar a uma construção. É mesmo ao lado de minha casa, pelo que estamos a falar do nº 50.

Nada contra.

Pessoas simpáticas ate ao momento. Cada qual faz o que quer daquilo que tem ou que adquire. Tudo bem.

Primeira alteração e absolutamente legitima: terei de encontrar outro local para estacionar o meu carro, pois o facto de o deixar no local do costume, entenda-se em frente a minha casa, impede o acesso ao terreno comprado.

Tudo bem. Estaciono o carro 2 metros à frente. Pois é, mas os tais camiões instalados neste rua não passam. Ou passam com dificuldades enormes, e se se cruzarem dois então é que não passam mesmo.

Do inicio da Ferraria junto à nacional 105 ate pelo menos ao nº200 não tenho onde estacionar, do nº 200 em diante também não até uns numeros acima.

Pensei deixar na nacional 105, mas também não posso pois é proibido e não há onde.

Não preciso de informar, porque penso que estão a par disso, a Rua da Ferraria tem mais área agricola que casas, pelo que ha verdadeiros descampados entre uma casa e outra. Pouquissima luz pública. De noite deixar o carro longe de casa transforma-se numa odisseia. (a juntar a falta de passeios).

Mais ainda, meus senhores, em conversa com o novo proprietário da parcela vendida, diz-me o senhor que em principio não vai ser necessario recuar o muro do terreno, onde será efectuada a construção, assim ditou a Camara Municipal.

São muros centenários?! É esse motivo? Pois bem, então se são muros centenários e se a rua é centenária, e se não há como modificar ou alargar a rua, ou criar zonas de estacionamento, então voltemos as caleches, que é o que mais parecido há com carros de bois, para o qual esta rua foi criada há uns séculos atrás.

Mas nesse caso carissimos senhores, os camiões acabam. Eu ate posso ter que deixar o meu carro na igreja de Alfena que pelas minhas contas deve ser um dos poucos locais onde irei encontrar estacionamento, mas então nesse caso não há empresas a abrir na Rua da Ferraria e as existentes mudam-se.

Parece-me justo não?

Penso que a paciência tem limites. E desta vez foi atingido. E o caso não é só meu. Vamos lá ver, eu deixo o carro estacionado, como o farei, farão os outros vizinhos, visitas,etc. garanto-vos é que os camiões autorizados não passam.

E agora pergunto: o que tem a Camara Municipal e a Junta de Freguesia a dizer para ajudar a resolver esta situação?

O que está previsto para a Rua da Ferraria?

Que intervenções estão previstas?

Estou as ser injusta e a levantar poeira onde ainda nem existe nada?

Vai a rua passar a ter um só sentido e assim conseguimos estacionar de um lado?

Pois bem, demorei 4 dias a pensar e repensar em enviar este email, primeiro porque nao queria e não quero causar qualquer mossa nas pessoas que acabaram de investir num espaço/terreno, segundo porque pelo respeito e pela boa vizinhança não queria falar deste assunto e levantar este problema e terceiro porque poderia estar a exacerbar uma situação que na realidade ainda nao existe.

Mas percebi que vai existir e parece-me que é uma questão de dias.

Penso que o PDM da rua da Ferraria inclusivé foi alterado. Baixou acho.....

isso implica o quê?

Protege quem cá vive de mais "atentados" ou pelo contrário expõem-nos mais?

Se não é a Camara Municipal e a Junta de Freguesia a perceber os problemas dos seus municipes então quem é?

Estou ao dispôr para qualquer outra informação. Estou ao dispôr para me deslocar à Camara e/ou à Junta, estou ao dispôr para expôr a viva voz e presencialmente o que quiserem.

Esqueci de referir um pormenor importante: no inicio da rua da Ferraria ou seja do numero 14 ao numero 40 a dificuldade de estacionamento é enorme. Porque por haver postes e uma boca de incêndio de um dos lados, os camiões não conseguem passar a maior parte das vezes. E se o carro ou carros não ficar absolutamente encostado à berma/muro eles não passam ou raspam os muros. Já aconteceu. E mais ainda, junto à boca de incêndio já eu coloquei o meu carro, e um dos camiões não conseguiu fazer a manobra, tive que o retirar.

Ver isto tudo que descrevo no google earth ou no papel não vale. O ideal é vir ao local. Ver ao vivo e a cores o que se passa. Sem pressa. Aguardar para ver o trânsito da rua, o tamanho dos veiculos e perceberem os problemas.

Fico a aguardar V. noticias urgentes.

M/cumprimentos

Manuela Tavares

91 684 0445

Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com> 27 de novembro de 2015 11:32
Para: presidencia@cm-valongo.pt
Cc: "Paulo Esteves Ferreira (Adjunto do Presidente)" <paulo.ferreira@cm-valongo.pt>, sobral.pires@cm-valongo.pt
Cco: "lgarces@netcabo.pt" <lgarces@netcabo.pt>, manuelatavar@gmail.com

Exmo Sr Presidente,

a junta de freguesia solicita informação relativamente à situação exposta nomeadamente a implantação e arranjo urbanístico

Solicitamos esta informação com o máximo de urgência

Cumprimentos

Arnaldo Soares
---------- Mensagem encaminhada ----------
De: FREGUESIA DE ALFENA <geral@freguesiadealfena.pt>
Data: 26 de novembro de 2015 15:40
Assunto: FW: DEPTº URBANISMO/ EXMO SR ENG SOBRAL PIRES
Para: Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com>
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com> 9 de dezembro de 2015 16:30
Para: presidencia@cm-valongo.pt, "José Manuel Ribeiro (Presidente)" <Jose.Ribeiro@cm-valongo.pt>
Cc: "Paulo Esteves Ferreira (Adjunto do Presidente)" <paulo.ferreira@cm-valongo.pt>, João Paulo Baltazar <joaopaulobaltazar@gmail.com>, adriano ribeiro <adrianoribeiro336@gmail.com>, Hélio Rebelo <hsilvarebelo@sapo.pt>, trindade <mt.vale@hotmail.com>, sobral.pires@cm-valongo.pt, anap1972@gmail.com
Cco: Sérgio Pinto <as.alfena@gmail.com>, "lgarces@netcabo.pt" <lgarces@netcabo.pt>, Ana Macedo <amtmacedo@gmail.com>, "jorgemspimenta@gmail.com" <jorgemspimenta@gmail.com>, "jribeiro@freguesiadealfena.pt" <jribeiro@freguesiadealfena.pt>, Manuela Tavares <manuelatavar@gmail.com>

Exmo Sr Presidente,

A Junta de Freguesia de Alfena reitera o pedido de informação solicitado 27 de Novembro.

Respeitosos Cumprimentos

Arnaldo Soares
---------- Mensagem encaminhada ----------
De: Arnaldo Soares <arnaldopintosoares@gmail.com>
Data: 27 de novembro de 2015 11:32
Assunto: Fwd: FW: DEPTº URBANISMO/ EXMO SR ENG SOBRAL PIRES
Para: presidencia@cm-valongo.pt
Cc: "Paulo Esteves Ferreira (Adjunto do Presidente)" <paulo.ferreira@cm-valongo.pt>, sobral.pires@cm-valongo.pt
[Texto das mensagens anteriores oculto]

D23

Freguesia de Alfena

Concelho de Valongo

Exmo. Senhor
Presidente da
Câmara Municipal de Valongo
Av. 5 de Outubro, 160
4440-503 VALONGO

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		219/2015	16/12/2015

Assunto: **Acordos de Execução**

Fruto dos acordos de Execução aprovados pela Câmara, pela Assembleia Municipal, pela Junta de Freguesia de Alfena e pela Assembleia de Freguesia de Alfena foi acordado no que respeita a jardins e espaços verdes o pagamento de 83.805,00€ para cuidarmos de 45.300m^2 de áreas verdes e ajardinados. Conforme podem verificar no Anexo 4 – "Recursos Humanos, Patrimoniais e Financeiros no Acordo de Execução Alfena" que está assinado por todos os intervenientes, relativamente a Recursos Humanos estão previstos 6 jardineiros que teriam um custo anual de 65.811,53€ e receberíamos em dinheiro 17.993,47€.

Dias antes da entrada em execução do acordo o Sr. Vice Presidente marcou uma reunião no seu gabinete onde estiveram presentes o Sr. Vice Presidente, o Eng. Delfim Cruz, o Dr. Jorge Ribeiro da Junta e eu próprio.

Alegando dificuldades com pessoal o Sr. Vice Presidente propôs à Junta o envio de apenas 5 colaboradores em vez de seis. Da lista prevista não seria colocado o Sr. Hilário com um salário de 16.473,93€.

A Junta de Freguesia aceitou a redução de 1 funcionário, mas questionando de imediato se nos davam o dinheiro desse funcionário, como é lógico, pois tínhamos que contratar outra pessoa para a realização dos trabalhos. O Sr. Vice Presidente respondeu de imediato que sim como certamente testemunharão todos os presentes na sala.

Rua de S. Vicente - 4445-210 ALFENA • Tel.: 229 672 650/939 672 650 • Fax.: 229 681 253
E-mail: geral@freguesiadealfena.pt URL: www.freguesiadealfena.pt Software:www.modulac.pt

Freguesia de Alfena

Concelho de Valongo

Nas nossas contas 65.811,53€ menos 16.473,93€ (salário do Sr. Hilário) dá 49.337,60€, sendo este o montante a deduzir aos 83.805,00€ para pagamento dos 5 funcionários que foram colocados em Alfena.

Verificamos que as retenções feitas pela Câmara para pagamento dos 5 funcionários de Novembro de 2014, data de inicio dos trabalhos, a Outubro de 2015 (12 meses) é já muito superior aos 49.337,60€ que nos poderiam reter.

De Novembro 2014 a Outubro 2015, perfaz 12 meses, já nos retiraram 65.489,86€ pelo que, têm que nos devolver (65.489,86€ - 49.337,60€ = 16.152,26€).

Pensamos que tudo está claro, mas no caso de qualquer dúvida estamos à inteira disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários.

A quantia referida é a que temos direito e está a ser extremamente necessária a fim de podermos cumprir com os nossos compromissos, inclusive com pagamento de salários.

Os acordos de execução foram aprovados pela Câmara pelo que recorro à Câmara para que decida a devolução da quantia que indevidamente já foi retirada à Junta de Freguesia.

Rua de S. Vicente - 4445-210 ALFENA • Tel.: 229 672 650/939 672 650 • Fax.: 229 681 253
E-mail: geral@freguesiadealfena.pt URL: www.freguesiadealfena.pt Software:www.modulac.pt

Freguesia de Alfena

Concelho de Valongo

Caso não seja resolvido este assunto pela Câmara teremos que recorrer à Assembleia Municipal.

É de extrema urgência para nós a resolução desta questão.

Meses	Jardins			
	Transf.	(5) R.H	água	Tranf. Liq.
Novembro	6.983,75	5.105,03	0,00	1.878,72
Dezembro	6.983,75	5.131,19	0,00	1.852,56
Sub total 2014	13.967,50	10.236,22	0,00	3.731,28
Janeiro	6.983,75	4.996,97	915,20	1.071,58
Fevereiro	6.983,75	4.945,90	1.050,44	987,41
Março	6.983,75	5.043,12	0,00	1.940,63
Abril	6.983,75	5.091,60	505,69	1.386,46
Maio	6.983,75	5.070,14	0,00	1.913,61
Junho	6.983,75	9.308,25	0,00	-2.324,50
Julho	6.983,75	5.466,67	0,00	1.517,08
Agosto	6.983,75	4.997,83	0,00	1.985,92
Setembro	6.983,75	4.946,21	0,00	2.037,54
Outubro	6.983,75	5.386,95	0,00	1.596,80
Total 12 meses	83.805,00	65.489,86	2.471,33	15.843,81

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

Arnaldo Pinto Soares

Dr. Arnaldo Pinto Soares

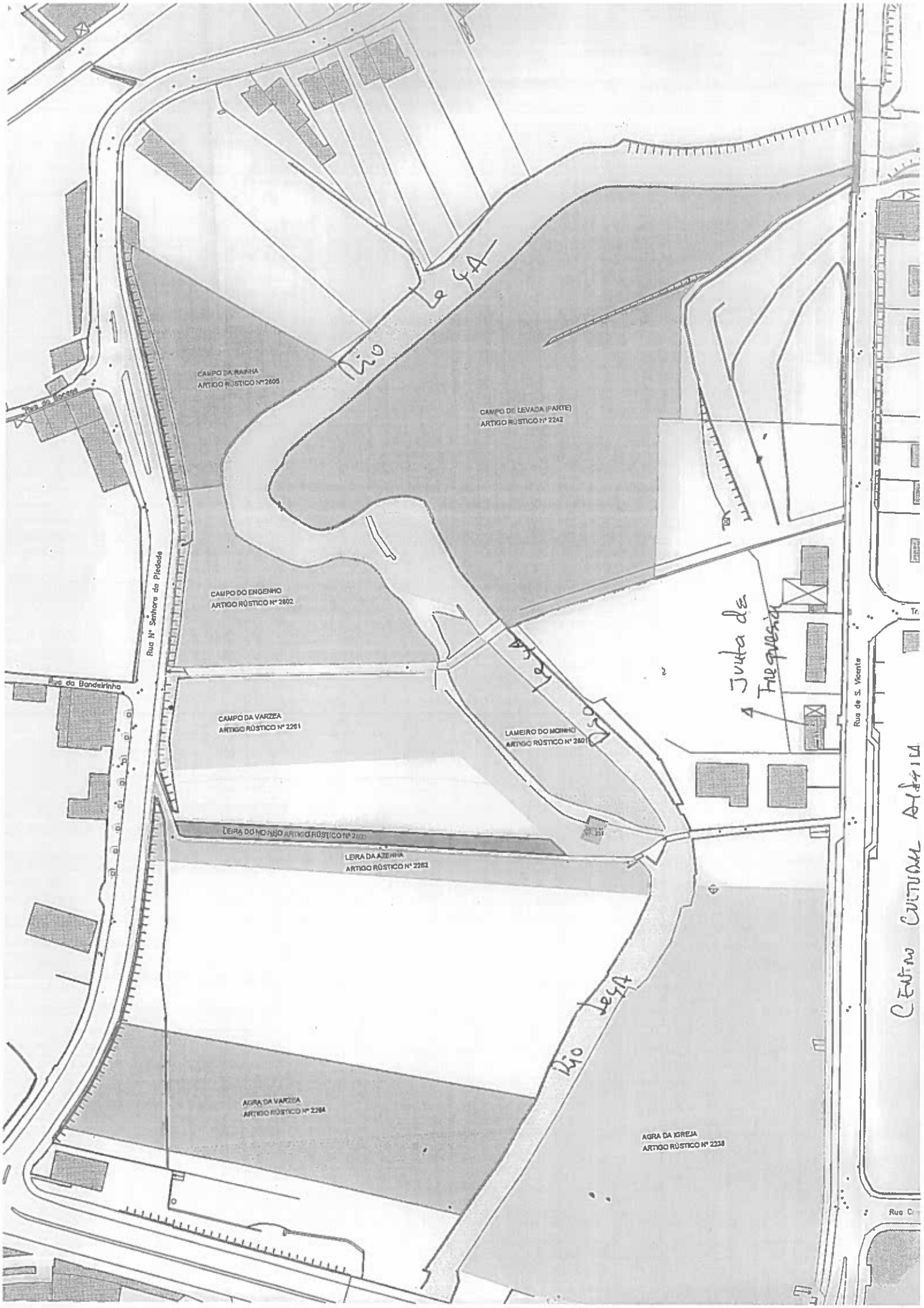
Rua de S. Vicente - 4445-210 ALFENA • Tel.: 229 672 650/939 672 650 • Fax.: 229 681 253
E-mail: geral@freguesiadealfena.pt URL: www.freguesiadealfena.pt Software:www.modulac.pt

ANEXO 4 - Recursos Humanos, Patrimoniais e Financeiras no Acordo de Execução ALFENA

Delegação das competências referidas no art.º 132º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

		Total	Valor do acordo anual			Equipamento
			Recursos Humanos		Recurso Financeiro	Recursos Patrimoniais
			Nº	Custo		
Jardins e Espaços Verdes *alínea a) e f)*	Área - m2	83,805.00 €	6	65,811.53 €	17,993.47 €	5,113.61 €
	45,300					
Varredura *alínea b)*	Extensão - Km	107,743.00 €	1	15,169.60 €	92,573.40 €	- €
	2,097.00					
Escolas *alínea e)*	Nº (a)	8,000.00 €	0	- €	8,000.00 €	- €
	40					
	TOTAL	199,548.00 €	7	80,981.13 €	118,566.87 €	5,113.61 €

2014.07.22


CAMPO DA RAINHA
ARTIGO RÚSTICO Nº 2806
CAMPO DE LEVADA (PARTE)
ARTIGO RÚSTICO Nº 2242
CAMPO DO ENGENHO
ARTIGO RÚSTICO Nº 2802
CAMPO DA VARZEA
ARTIGO RÚSTICO Nº 2261
LAMEIRO DO MOINHO
ARTIGO RÚSTICO Nº 2801
LEIRA DO MOINHO ARTIGO RÚSTICO Nº 2800
LEIRA DA AZEINHA
ARTIGO RÚSTICO Nº 2262
AGRA DA VARZEA
ARTIGO RÚSTICO Nº 2264
AGRA DA IGREJA
ARTIGO RÚSTICO Nº 2238
Rua Nº Senhora da Piedade
Rua da Bandeirinha
Rua de S. Vicente
Rio Leça
Rio Leça
Rio Leça
Junta de Freguesia
Centro Cultural Aldeia

Doc. 3

Câmara Municipal de Valongo
Gabinete de Apoio à Presidência

Parque VE – Gestão de
Parques de Estacionamento, SA
A/C Administração
Parque Industrial de Celeirós, 2ª fase
Lugar da Talharinha – Vimieira
4705-670 BRAGA

Registado c/ aviso de receção

Ofício n.º 090 **GAP** **Data: 30.10.2015**

Assunto: Deslocalização da Feira Semanal de Valongo para a Avenida Emídio Navarro e Vias Adjacentes

Exmos. Senhores,

Como é do Vosso conhecimento é intenção da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Valongo deslocalizar a Feira Semanal de Valongo para a Av. Emídio Navarro e para algumas vias adjacentes.

A alteração da localização da Feira Semanal de Valongo é fundamentada por razões de interesse público decorrentes da dinamização da atividade económica no Município, dando resposta às expetativas dos comerciantes do centro de Valongo e da população em geral, medida que está inserida numa ampla estratégia de revitalização do centro da cidade.

Parte da área onde será implementada a Feira abrange uma zona onde estão localizados 104 lugares de estacionamento de duração limitada, cuja exploração está concessionada à Vossa empresa, conforme identificado na planta em anexo.

Estamos certos que esta nova localização da Feira Semanal de Valongo atrairá um número significativo de cidadãos ao centro da cidade, o que, seguramente, resultará numa maior utilização dos lugares de estacionamento adjacentes, bem como do Parque Subterrâneo do Largo do Centenário.

CMV 00 033.C
Avenida 5 de Outubro 160
4440-503 Valongo
NIF 501 138 960
tlf 224 227 000 fax 224 226 063 n.º verde 800 232 001
www.cm-valongo.pt / www.facebook.com/municipio.valongo
(presidencia@cm-valongo.pt)

VALONGO

Não obstante, o Município de Valongo disponibiliza-se para compensar a concessionária de eventuais quebras de receita que decorram da ocupação dos referidos lugares de estacionamento, designadamente através de compensação a deduzir nos pagamentos que essa empresa efetuará ao Município, calculada com base no valor médio de faturação dos referidos lugares durante o período normal de funcionamento da Feira.

Assim, informamos que a partir do próximo dia 14-11-2015, a Feira Semanal de Valongo realizar-se-á aos sábados na Av. Emídio Navarro e nos arruamentos adjacentes, com a ocupação temporária dos lugares de estacionamento identificados na planta em anexo.

Ficamos ao dispor para qualquer esclarecimento complementar.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara

José Manuel Ribeiro, Dr.
Presidente da Câmara

Anexa: 1 Documento.

Doc. 4

Requerimento

17-Dezembro-2015

Assunto: Feira Semanal da Freguesia de Valongo

O Grupo Municipal do PSD/PPM vem por este meio requerer, com carácter de urgência, as seguintes informações:

- Cópia do estudo sobre a instalação da Feira Semanal de Valongo autorizado por esta Assembleia, na Sessão da Assembleia Ordinária de dia 30 de Abril de 2014.
- Cópia de todos os documentos, cartas, e-mails ou outros, relacionados com este assunto, sejam comunicações internas ou com entidades externas à câmara.
- Foram cumpridos todos os pressupostos legais para a instalação da Feira Semanal da Freguesia de Valongo?
- Em que despesas incorreu a Câmara de Valongo com a deslocalização da Feira Semanal de Valongo para a sua actual localização?

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

(Daniel Filipe Alves Felgueiras)

Doc. 5

Grupo Municipal do Partido Socialista

Voto de Louvor

Quando a política como expressão máxima da cidadania enfrenta os desafios de uma era globalizada e mediatizada, com a constante e apurada supervisão popular, numa fase em que um dos maiores desafios dos eleitos é irem de encontro aos eleitores, demonstrando que a prática política se destina à prossecução do interesse colectivo, nada é mais importante que a possibilidade do cidadão poder, a todo o momento, avaliar a ação dos seus governantes e da prossecução dos compromissos eleitorais. Este objectivo só se alcança com a adequação de ferramentas de governação ao escrutínio popular.

Valongo, é hoje um município exemplar nessa adequação das ferramentas da governação, permitindo a todos os seus eleitores e munícipes no geral acompanharem a atividade do executivo e, no fundo, da gestão do seu concelho.

A notícia vinda a público na semana transacta não pode deixar ninguém indiferente e é motivo de orgulho para todos os valonguenses.

Valongo subiu mais de 100 lugares no Índice de Transparência Municipal, elaborado anualmente por uma organização internacional independente, a saber, Transparencia e Integridade, Associação Cívica, representante em Portugal da Rede Internacional anti Corrupção.

Esta subida, colocando Valongo como o 13º Município mais transparente, ainda que sendo um grande motivador para a continuação e aprofundamento do trabalho no que à transparência concerne, é já de si o corolário de uma visão e estratégia de gestão virada para o cidadão. Numa perspectiva, não só de transparência, mas igualmente de abertura à mudança, à cooperação direta com o cidadão e à gestão partilhada, do cidadão, para o cidadão.

É pois com satisfação que o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta nesta Assembleia um voto de louvor ao executivo da Câmara Municipal de Valongo, reconhecendo o esforço na alteração ao modo de interacção com o cidadão e com a certeza que continuará a trilhar este caminho de abertura e transparência na gestão da coisa pública.

Valongo, 17 de Dezembro de 2015

Grupo Municipal do Partido Socialista de Valongo

Miguel Cardoso

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Valongo

DOC. 6

RECOMENDAÇÃO

Pelo fim da violência contra as mulheres

25 de Novembro é o Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres. Assim foi designado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1999.

A violência doméstica é um dos crimes com maior número de participações em todo o país: em 2014, as ocorrências foram 27.317 segundo o Relatório Anual de Monitorização do MAI. E isto, apesar de estarem em marcha, entre outras iniciativas, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017.

Os dados mais recentes do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (GAIV) da PSP do Porto (que abrange o concelho de Valongo) indicam um agravamento da situação, já que nos primeiros nove meses do ano de 2015 o número de crimes participados, quase 1.800, ultrapassou todo o ano de 2014, em que foram registados 1.740 crimes de violência doméstica.

Não nos podemos resignar com esta situação. A violência de género tem de ser encarada como um problema político, um problema de cidadania, um problema de direitos humanos de que os municípios não se podem alhear.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em 17 de Dezembro de 2015, tendo em conta os mais de 50 casos registados nos primeiros meses deste ano, RECOMENDA ao Executivo:

- que dê uma maior atenção a esta matéria e implemente, em conjugação com as organizações que trabalham nesta área, um plano de combate eficaz à violência doméstica e de género

O deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Nuno António Dias Monteiro

RECOMENDAÇÃO

Pelo fim da violência contra as mulheres

25 de Novembro é o Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres. Assim foi designado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1999.

A violência doméstica é um dos crimes com maior número de participações em Ano e meio em 2014, as ocorrências foram 27.317 segundo o Relatório Anual de Monitorização do MAI. E isto apesar de estarem em marcha, entre outras iniciativas, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017.

Os dados mais recentes do Sistema de Atendimento e Informação à Vítima (SAIV) da PSP, do Porto (que abrange o concelho de Valongo) indicam um agravamento da situação. Já que nos primeiros nove meses do ano de 2015 o número de crimes participados, subiu 1.800, ultrapassou todo o ano de 2014, em que foram registados 1.749 crimes de violência doméstica.

Não nos podemos resignar com esta situação. A violência de género tem de ser encarada como um problema político, um problema de cidadania, um problema de direitos humanos, de que os municípios não se podem alhear.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em 17 de Dezembro de 2015, tendo em conta os mais de 90 casos registados nos primeiros nove meses deste ano, RECOMENDA ao Executivo:

- que dê uma maior atenção a esta matéria e implemente, em conjugação com as organizações que trabalham nesta área, um plano de combate eficaz à violência doméstica e de género.

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda,

Doc. 7

Requerimento

17-12-2015

Tendo em conta que houve em 2013 uma organização dos serviços municipais cujos objectivos eram:

- Eliminação do peso da estrutura hierárquica existente.
- Transferência das competências e atribuições funcionais da equipa multidisciplinar, para as diferentes divisões e gabinetes propostos pelo Presidente da Câmara.
- Redução direta de custos com pessoal.

Tendo em conta que uma nova organização dos serviços municipais será hoje votada

O Grupo Municipal do PSD/PPM requer ao Sr. Presidente da Câmara através da mesa que disponibilize os valores da "redução direta de custos com o pessoal" atingida ao longo do tempo, com a organização dos serviços municipais aprovada em 20-11-2013.

Pelo Grupo Municipal PSD/PPM

Daniel Filipe Alves Felgueiras

Doc. 8

Criação de Cargos de Direção Intermédia de 3º grau

A perspectiva de maximização da eficiência de uma Câmara com a realidade da CMV é uma perspectiva que, naturalmente, surgirá a qualquer gestor e administrador público.

Assim, e no decurso da sua visão inicial, sustentada na premissa anterior, o Executivo da CMV promoveu uma redução acentuada dos cargos de chefia quando iniciou o seu mandato. Ora, a gestão, como a vida, é dinâmica e deve ser sempre centrada na prossecução de objectivos claros e previamente definidos, sem prejuízo de alterações que se demonstrem importantes para a concretização desses mesmos objectivos pré-definidos. No caso em apreço, se a CMV entende, volvidos 2 anos de gestão, que a materialização dos objectivos poderá estar em causa ou poderá ser melhorada pela reorganização dos serviços, o PS entende como normal esta alteração, não existindo qualquer razão para a sua não concretização. O que deve nortear neste momento, como certamente norteou no início, é o superior interesse público. Se o executivo da CMV, após apreciação e análise destes dois anos, entende conseguir melhorar a eficácia e eficiência dos seus serviços aos cidadãos, deverá acautelar as necessárias alterações internas e como tal não parece matéria que cause qualquer surpresa ou motivo de discussão, porque todos estamos interessados no maior nível de prestação de serviços aos cidadãos.

Valongo, 17 de Dezembro de 2015

O Grupo Municipal do PS

Doc. 9

Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Valongo

Declaração de Voto

Na apreciação deste Orçamento para 2016, o 1º ponto a salientar é que foi elaborado num quadro político em que o governo PSD/CDS (felizmente agora afastado da governação pelo voto popular) efetuou o maior ataque às autarquias.

Quanto ao financiamento, não foi só a criação do Fundo de Apoio Municipal (FAM) que retira milhões de euros aos municípios durante 7 anos. Foi também o anúncio da extinção do IMT e a diminuição das transferências do orçamento do Estado, violando a própria lei das finanças locais.

Também os trabalhadores da administração local, que todos os dias põem as autarquias em funcionamento, foram alvo da vingança da direita contra o poder local.

E é neste enquadramento que este Orçamento é elaborado, com receitas muito abaixo das necessárias para responder às solicitações da população de Valongo. O investimento previsto está muito aquém da afirmação do concelho de Valongo.

Como 2º ponto registamos o esforço do Executivo para melhorar a forma de apresentação do Orçamento. Insistimos que os números e a sua classificação contabilística são importantes. Mas o decisivo num orçamento autárquico é explicitar quais são as prioridades, as escolhas políticas e as opções de quem dirige a Câmara. E aí não vemos que os compromissos do Executivo municipal com a população de Valongo estejam claros.

Onde estão as metas, nas mais importantes áreas de intervenção, como o ambiente ou a qualidade de vida ou a resposta social ao empobrecimento a que o governo PSD e o CDS/PP condenou os milhares de residentes em Valongo?

Que mudanças na situação atual pretende fazer o Executivo? E em que espaço de tempo serão concretizadas?

Um exemplo entre muitos. Hoje todas as cidades da Europa e do mundo estão confrontadas com o problema das alterações climáticas. Há alguns dias decorreu em Paris, mais uma reunião das partes envolvidas para tentar encontrar uma resposta mais eficaz às alterações climáticas.

Uma forma concreta que está disponível aos municípios é o compromisso, através do Pacto de Autarcas, de reduzir as emissões de CO2 em 20% até ao ano 2020.

Apesar das repetidas sugestões do Bloco de Esquerda, o Município de Valongo não faz parte das mais de 6.000 cidades europeias comprometidas no combate às alterações climáticas?

E as mais de 300 vítimas de sinistros rodoviários em 2013 não exigiriam um maior empenhamento do Município, o apontar de metas a alcançar, para reduzir significativamente esta dramática situação?

Na animação cultural, sempre tão necessária para uma cidadania mais ativa, porque não dar mais apoios à rede local de associativismo, para iniciativas mais consistentes, em vez da contratação de grandes vultos do espetáculo?

Por fim, reconhecemos que este Executivo herdou uma pesadíssima herança dos anos de governação do PSD. Mas é também por isso que se deve exigir uma ruptura mais profunda com as anteriores políticas.

Não é este ainda o Orçamento que, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, responde aos anseios e necessidades da população de Valongo

Por isso votaremos CONTRA, esperando que as mudanças, que novas políticas surjam no próximo Orçamento.

Valongo, 17/12/2015

O deputado municipal do Bloco de Esquerda

Nuno António Dias Monteiro

Doc. 10

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

PPM
PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO

Requerimento

17-12-2015

Relativamente ao orçamento para 2016 da Câmara Municipal de Valongo, venho por este meio requerer ao Presidente da Câmara Municipal de Valongo, através da mesa, a seguinte informação:

- Informação detalhada de todos movimentos das rúbricas "outros" constantes no orçamento de 2016 desta câmara, cujo somatório perfaz 4.891.928€ correspondente a 15,33% do orçamento. Nomeadamente, montantes movimentados nas rúbricas, bem como os documentos de suporte, faturas ou outros, que nos permitam validar tais informações, e ainda toda a informação relativa a eventuais passagens de verbas destas rúbricas para outras rúbricas, com a especificação clara das rúbricas de origem e destino.

    - 01 01021302 40.000€
    - 01 020121 300€
    - 01 02 0220 4000€
    - 01 020225 200€
    - 02 01021302 23202€
    - 02 010302 114000€
    - 02 01030503 74426€
    - 02 0201029999 15950€
    - 02 02011603 1000€
    - 02 020121 340252€
    - 02 020225 2974360€
    - 02 030502 60000€
    - 02 04050108 49232€
    - 02 0408002 529656€
    - 02 06020305 111350€
    - 02 07010307 203000€
    - 02 07010413 266000€
    - 02 070115 85000€

- Informação detalhada sobre todos os ajustes diretos feitos pela Câmara durante o ano de 2015, nomeadamente que entidades, objectivos e montante.
- Informação detalhada sobre todos os ajustes diretos feitos pela Câmara durante o próximo ano de 2016, nomeadamente que entidades, objectivos e montante.

Esta informação deverá ser prestada por escrito, com periodicidade trimestral independentemente da apresentação de requerimento para o efeito.

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

Daniel Filipe Alves Felgueiras

Doc.11

CDU

CDU-Coligação Unitária Democrática PCP-PEV

DECLARAÇÃO DE VOTO

A proposta de orçamento e grandes opções do plano para 2016, segue a mesma orientação das anteriores, enquadrada na lógica do PAEL. A situação financeira que deu argumentos para esta escolha resulta da gestão desastrosa do PSD, com a cumplicidade do PS em questões essenciais.

Continuamos a ter um orçamento com a total ausência da perspectiva de procura da libertação do município dos constrangimentos das privatizações/concessões dos seus serviços e equipamentos. Num quadro em que a resolução da complexa situação financeira em que o Município se encontra passa necessariamente pela reversão, ainda que faseada e prolongada no tempo, dos diferentes serviços e equipamentos privatizados/concessionados nos anteriores e no actual mandato.

Os níveis de investimento mantêm-se em mínimos históricos.

Sobre a procura de fundos comunitários, pensamos ser positivo. No entanto, alertamos para facto desta ser uma linha defendida nos orçamentos anteriores, cujo êxito importa questionar. Por outro lado, a procura de fundos comunitários não pode servir para inscrever rubricas no orçamento apenas para "inglês ver".

No mapa de pessoal é valorizada a continua redução de trabalhadores, o que decorre em grande parte das imposições à própria autarquia, mas que tem encontrado no PS um defensor. A previsão de aumento de 1 trabalhador, tem em conta a criação das chefias intermédias, que foram reduzidas em 2013, por vontade do PS.

No que concerne ao plano de actividades e orçamento da Vallis Habita para 2016, de uma leitura atenta dos documentos em análise, é possível verificar, que apesar dos valores arrecadados com a habitação social através das rendas, a empresa Vallis Habita não procederá a obras de melhoria das habitações, ficando-se apenas pela substituição das caixilharias no empreendimento de habitação social das Pereiras (18.900€) e na cobertura do EHS do Calvário (220 mil euros) e a reabilitação de 4 habitações. Quando arrecadará através das rendas dos complexos que é proprietária cerca de 360 mil euros, prevendo-se assim, um lucro de 70.000€. O que para além de pouco razoável, é vergonhoso, tendo em conta o estados das habitações e o saldo da empresa.

Relativamente, aos complexos propriedade da CM, a Vallis Habita arrecadará através das rendas e do contrato programa cerca de 217 mil euros, estando previsto apenas a aplicação do valor do contrato programa, 65 mil euros.

Em conclusão, a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Valongo para 2016 representa apenas mais do mesmo que tem vindo a ser feito, com tantos resultados negativos. Trata-se de uma proposta que mantém as principais orientações estratégicas que vinham da gestão PSD/CDS e que confirmam a escolha da nova maioria PS/José Manuel Ribeiro em concretizar políticas de direita. Assim, a CDU votará contra estas propostas.

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal

Adelino Soares

Doc. 12

Moção

A3 e

Contra a reintrodução de portagens na A4 em Ermesinde

Tendo presente que as Autoestradas A3/ A4 são dos principais eixos viários do Concelho de Valongo e nomeadamente da Freguesia de Ermesinde.

Tendo presente que a entrada/saída da A4 em Ermesinde é utilizada diariamente por milhares de habitantes do nosso Concelho.

Tendo presente que a reintrodução de portagens em Ermesinde teria impactos profundamente negativos:

- Na economia local
- Na circulação automóvel, não só na Freguesia de Ermesinde, mas em todas as freguesias do Concelho

Tendo em conta que o superior interesse público deve ficar acautelado e constituir a principal preocupação no desfecho desta decisão;

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 17 de Dezembro de 2015, delibera por unanimidade, repudiar qualquer reintrodução de portagens em dois troços das autoestradas A3 e A4, já que está em causa a deslocação diária de milhares de pessoas para os seus locais de trabalho, sendo que as alternativas em termos de rede viária são manifestamente insuficientes e incapazes de manter a necessária fluidez de trânsito.

Da presente moção deve ser dado conhecimento ao Sr. Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, todos os grupos parlamentares da Assembleia da Republica.

Valongo, 17 de Dezembro de 2015.

A Assembleia Municipal de Valongo

Doc. 13

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Recomendação

Sobre as árvores dos espaços públicos no concelho de Valongo

Mais uma vez, Sr. Presidente da Câmara, senhores vereadores, **neste outono**, a Câmara prossegue, ou deixa prosseguir, ou nada faz para impedir a mal chamada "poda" das árvores dos nossos espaços públicos, ruas, parques, jardins, escolas e outros locais.

Apesar de todas as tentativas por nós feitas ao longo de anos, de todas as chamadas de atenção, a Câmara continua a fazer a **má opção**, a opção de degradar, desfigurar e destruir o património arbóreo nos espaços públicos por todo o concelho, numa prática com contornos de verdadeiro delito ambiental. As fotografias que anexamos ao texto desta intervenção, tiradas há poucos dias, atestam-no perfeitamente.

Há um ano, pouco mais ou menos, quando aqui abordámos o problema, respondeu o Sr. Presidente da Câmara que esta tinha "uns técnicos maravilhosos". Então se tem, porque continua a Câmara a promover tais desmandos? Se os técnicos são "maravilhosos", e se são maravilhosos sabem fazer, trata-se de opções políticas da Câmara, o que é muito grave e preocupante.

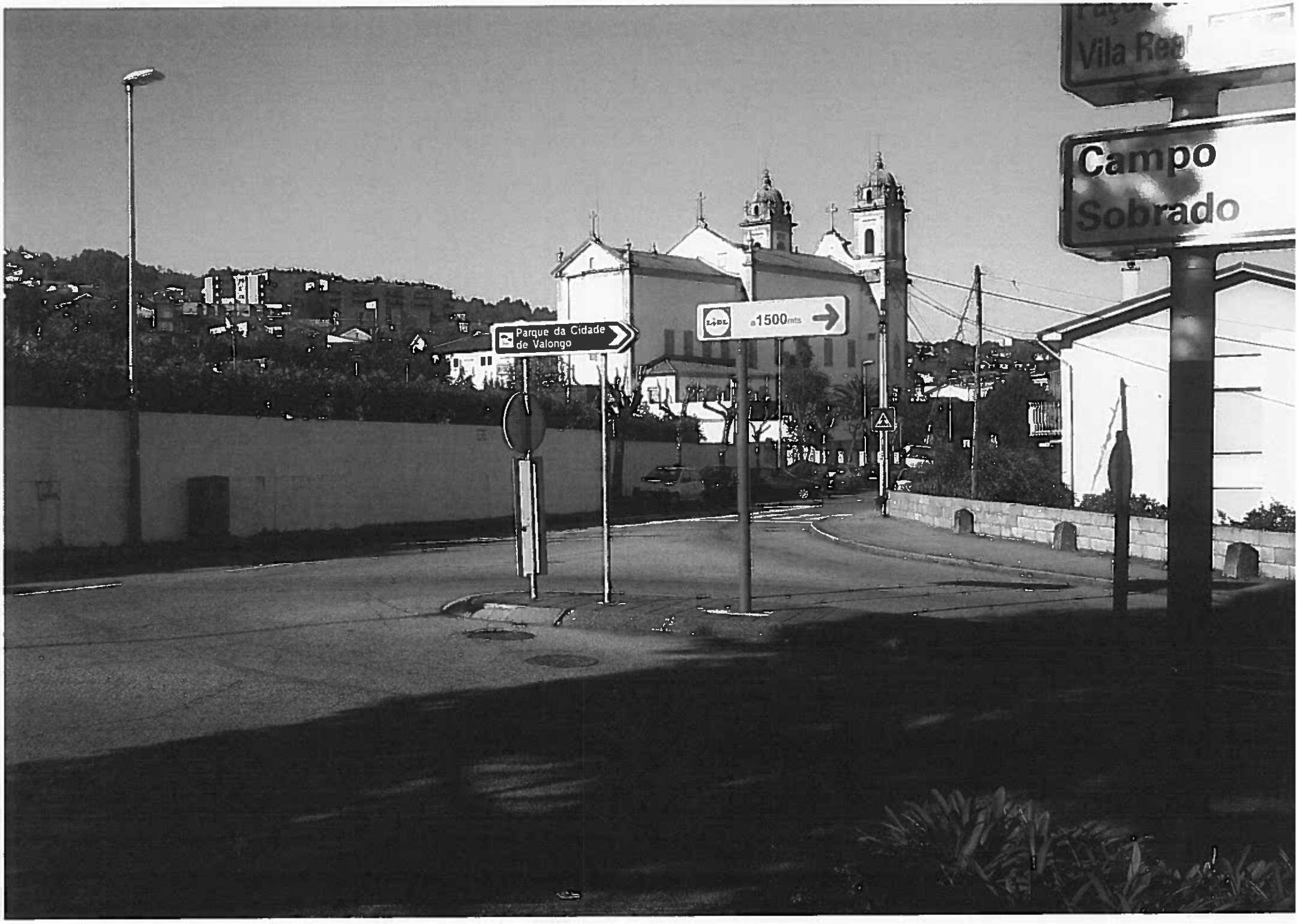
Não existe nenhum argumento técnico, nem ambiental ou social que justifique este massacre anual dos arvoredos públicos. A "poda camarária " é apenas um hábito rotineiro e estúpido, sem qualquer explicação racional.

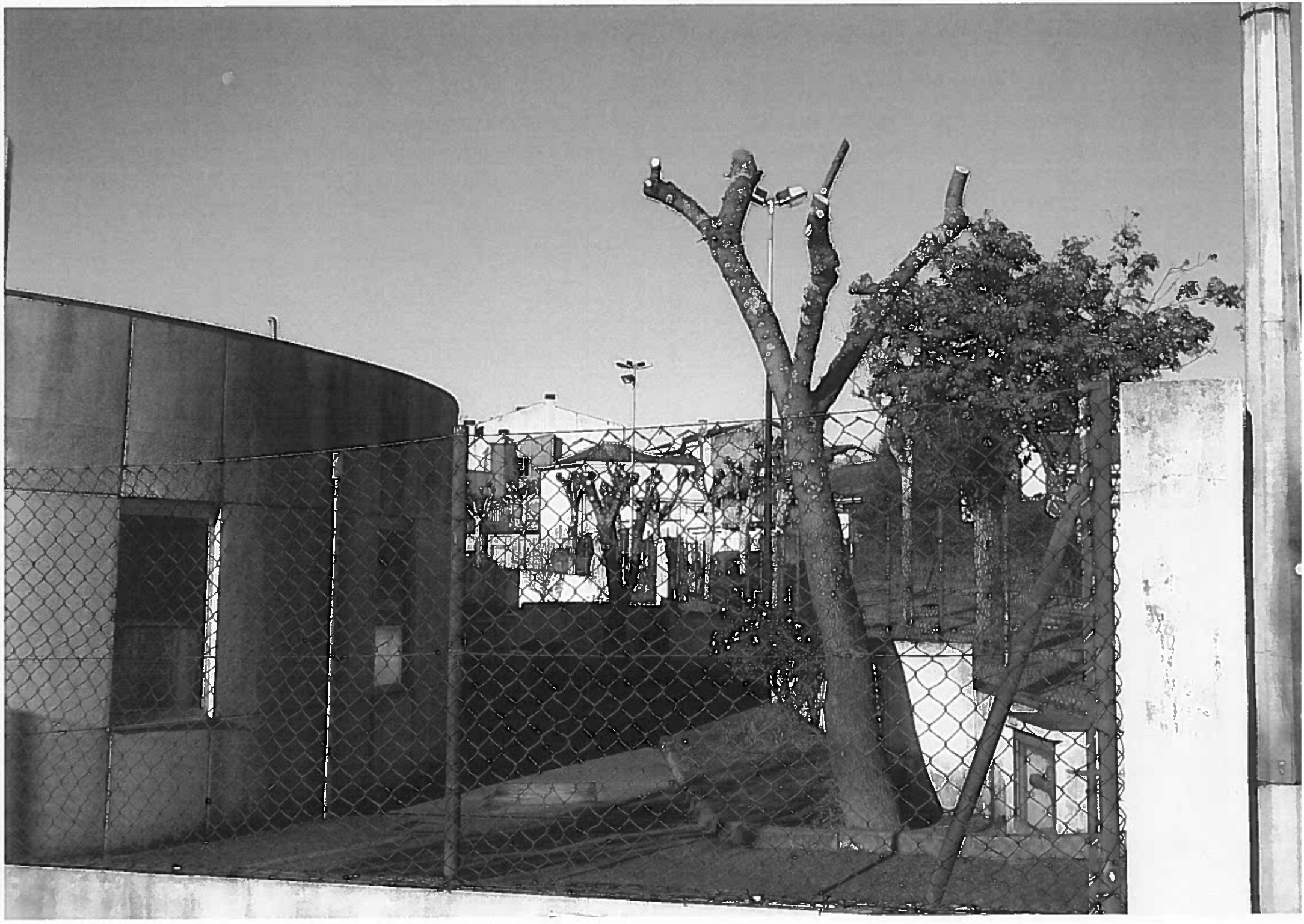
Mais uma vez pedimos e recomendamos à Câmara que ponha cobro de imediato a tais desmandos. Parem para refletir e para reorganizar. Mandem os vossos técnicos e demais pessoal aprender a tratar das árvores. Levem-nos a ver como se faz bem. Não é preciso ir muito longe. Basta ir aqui ao lado, à Maia e ao Porto, onde estas práticas funestas da "poda" foram praticamente abandonadas e onde tem sido feito um esforço sério para conservar, aumentar e valorizar o património arbóreo municipal.

Os núcleos urbanos do nosso concelho são pobres em espaços verdes condignos, bonitos, bem tratados e bem arborizados. É necessário conservar o que existe. É preciso aproveitar o outono e o inverno, não para degradar os arvoredos existentes, mas sim para plantar mais árvores nas nossas ruas, praças e jardins, escolhendo espécies **adequadas a cada situação e deixá-las crescer na sua forma natural**.

17 de dezembro de 2015

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária


Vila Real
Campo
Sobrado
Parque da Cidade
de Valongo
a 1500mts



CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Recomendação

Apoios sociais a idosos

Após resposta ao requerimento apresentado pela CDU acerca dos apoios sociais aos idosos, foi possível verificar que existem 115 idosos a aguardar por um lar e 183 idosos a aguardar que lhe sejam prestados serviços de apoio domiciliário. Também foi possível verificar que apenas uma IPSS em todo o concelho presta o serviço de apoio domiciliário 7 dias por semana.

O Plano de desenvolvimento Social estipulava metas para aumento das respostas destes serviços, mas desde 2011 apenas aumentou 10 vagas em lares, sendo este aumento apenas possível por uma melhor gestão das IPSS do concelho e não por uma maior abertura da segurança social.

Numa altura em que se discutiu no parlamento a criminalização das condutas contra os direitos fundamentais dos idosos, seria bom analisarmos o que é feito para ajudar as famílias a cuida-los com dignidade.

Não podemos deixar de lembrar que a maioria dos reformados e pensionistas têm rendimentos inferiores a 60% do salário mínimo nacional. E que os últimos governos são responsáveis pela forte agudização das condições de vida dos idosos em resultado dos insignificantes aumentos dos valores das pensões e reformas a par do brutal aumento dos preços de bens e serviços essenciais, designadamente da alimentação, transportes, água, eletricidade, medicamentos, telefones.

Passar a considerar como crime o abandono de um idoso num hospital ou noutro estabelecimento de prestação de cuidados de saúde, como os lares, sem que seja acautelado condições às famílias para poderem cuidar dos seus familiares, é fazer com que as famílias sem recursos possam vir a ser duplamente penalizadas, primeiro por se verem sem meios para a prestação dos cuidados e depois por verem as suas práticas condenadas em praça pública, pelo mesmo estado que não lhes oferece as condições dignas que deveria oferecer.

Assim, a CDU recomenda à CM que:

Inicie conversações com a segurança social que visem o aumento das respostas no concelho, tal como previsto no Plano de desenvolvimento.

Denuncie publicamente o facto de existirem mais de 100 idosos em listas de espera tanto para os lares como para os serviços de apoio domiciliário.

17 de dezembro de 2015

Pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária